



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO**

GIOVANA VIRGÍNIA OLIVEIRA SILVA

**“O NEGÓCIO É OCUPAR A SEXTA-FEIRA”: MULHERES E
SOCIABILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA
SOCIAL DO BAIRRO SANTOS DUMONT, MACEIÓ/AL**

**MACEIÓ
2019**

GIOVANA VIRGÍNIA OLIVEIRA SILVA

**“O NEGÓCIO É OCUPAR A SEXTA-FEIRA”: MULHERES E
SOCIABILIDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA
SOCIAL DO BAIRRO SANTOS DUMONT, MACEIÓ/AL**

GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO (CNPq): Antropologia
SUB-ÁREA DO CONHECIMENTO (CNPq): Antropologia Urbana
ORIENTADORA: Prof. Dr^a Débora Allebrandt

**MACEIÓ
2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

ATA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 06 (VINTE E SEIS) dias do mês de SETEMBRO do ano de 2019, às 10 horas compareceu perante a banca Examinadora o(a) aluno(a) GIORDANA VIRGINIA OLIVEIRA SILVA autor(a) do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC intitulado "O NEGÓCIO É OUVIR A SEXTA-FEIRA!" MULHERES E SOLIDARIEDADE NO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BARRIO SANTOS sendo a Banca Examinadora constituída pelos professores: DEBORA DUEBRANT (orientador(a)), NADIA MEINERTZ E JULIANA BARRETO

DUMONT -
MACEIO -
AL

que atribuíram respectivamente as seguintes notas: 1º examinador DEB (100), 2º examinador DEB (100), 3º examinador DEB (100), cuja média aritmética é 100 (DEB), tendo a referida banca considerado(a) aprovado(a) e apto(a) para a Colação de Grau de Bacharel em Ciências Sociais.

E por estar conforme, eu _____ técnico do Instituto de Ciências Sociais lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos membros da banca e pelo Diretor do Instituto de Ciências Sociais.

1º Examinador(a) [Assinatura]

2º Examinador(a): Nádia Meinertz

3º Examinador(a): Juliana V. Barretto

Diretor(a) do Instituto de Ciências Sociais

Coordenação do Curso de Ciências Sociais
[Assinatura]
Orel. Dr. Edne Patrícia Macêdo Alves
Coordenadora do curso de Ciências Sociais - Bacharelado
Sinepe - 1439761



À Tereza, Tamara e Lígia, meu ponto de partida e de eterno retorno.
Cada uma em seus detalhes é luz e fonte de inspiração,
Eu sou porque nós somos.

AGRADECIMENTOS

Sou grata à minha mãe Tereza, mulher forte e generosa, com quem aprendi desde muito nova que coragem e amor podem nos levar aonde a imaginação alcança e além. Meu maior exemplo de afeto e percepção. Obrigada por sempre nos estimular a caminhar por esse mundo, apesar de toda distância, dificuldades e saudades. É possível e vai dar certo.

Às minhas irmãs Lígia e Tamara, a sorte de tê-las ao meu lado, como irmãs e amigas. Por todos os choros, risadas, brigas e amores. É lindo estar nesse mundo ao lado de vocês. Obrigada hoje e sempre.

Ao titio lindo do meu coração Marcos, que sempre fez e fará parte dessa história.

Ao meu pai Ronaldo, pela possibilidade de termos nos aproximado com mais tranquilidade nos últimos tempos.

Aos amigos da vida, a prova de que Martinópolis existe: Bárbara, minha companheira de descobertas; João Henrique, pela afinidade de outro mundo desde que nos vimos no primeiro dia de aula da pré-escola; Carol, Manu, Bazinha, Lívia, Júlia, Gabriel, Vitor e vários outros pelos rolês, encontros no pôr-do-sol, conversas nas madrugadas super frias de inverno e também nas de verão que sempre me fizeram voltar com ainda mais força para Maceió.

Ao João Lane, por ter embarcado em várias aventuras ao meu lado, parcerias nos momentos felizes e tristes, por cada um dos dias que passamos morando juntos e construindo sonhos. Toda a minha admiração pelo seu lindo coração.

Aos amigos que fiz em Maceió e aos que as ciências sociais me trouxeram, em especial a linduxa Tayná, ao parça cz Moisés, ao migo Silas, Larissa (pelos dias na sua casinha), Teresa, Paty, por todas as trocas de ideia, risadas, ajudas e momentos que aliviaram e tornaram possível chegar até aqui com felicidade, incontáveis lembranças boas e inesquecíveis.

Ao lindo Victor, pela recente e surpreendente aproximação, com tanta afinidade, leveza e carinho, mostrando que a escolha aleatória de vir morar nesta cidade foi desde sempre um grande presente do universo. Extremamente grata por todas as ajudas nessa reta final, por ser sempre uma companhia maravilhosa, que expande o amor.

Agradeço a Débora, por desde o início de o nosso contato ter incentivado o meu desenvolvimento como pesquisadora e confiado no comprometimento sempre respeitando minha autonomia.

À todas as mulheres participantes do grupo de mulheres no CRAS, por sempre terem me recebido com carinho e aceitado construir junto a mim a presente pesquisa. À Dora por ter me apresentado ao grupo e sempre facilitado a minha estadia em campo.

À FAPEAL, pelo suporte financeiro na concessão de bolsa de pesquisa no PIBIC.

Sou grata por fim às pessoas que passaram por minha vida, em momentos diferentes dessa jornada, que foram essenciais para um autoconhecimento cada vez maior, afetos e oportunidade de ver o mundo de tantas maneiras diferentes.

À Maceió e Alagoas pela chance de crescer e sentir a vida de maneira tão linda, complexa e intensa. Este lugar marcou minha história, para sempre um cantinho de retorno.

RESUMO

A produção deste trabalho se deu através do uso de recursos etnográficos com o objetivo de analisar as relações de sociabilidade no serviço de proteção social vinculado a um Centro de Referência em Assistência Social – CRAS na cidade de Maceió/AL ofertado para mulheres residentes do bairro Santos Dumont. Este serviço funciona como base do projeto de manutenção de vínculos familiares e comunitários no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Neste caso, frequentei os encontros do grupo de mulheres por um ano buscando compreender as relações tecidas neste espaço e a importância da instituição para o convívio social das referidas usuárias. A partir de um recorte de gênero, observei as relações entre sociabilidade, lazer e o “ser mulher” em um bairro fora dos eixos mais centrais da cidade. Agenciamentos e resistências surgiram como elementares para o entendimento de que embora o apoio estatal no que se considera bem-estar social apareça em contínua degradação no atual contexto político, o espaço está envolto por uma rede de relações complexas e dinâmicas subjacentes e necessárias na vida pública de tais mulheres.

Palavras-chave: Gênero; Sociabilidade; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The production of this work was through the use of ethnographic resources in order to analyze the social relations in the social protection service linked to a Reference Center on Social Assistance - CRAS in the city of Maceió/AL offered to women residents of the Santos Dumont neighborhood. This service is the basis of the project to maintain family and community ties in the Unified Social Assistance System - SUAS. In this case, I attended the women's group meetings for a year seeking to understand the relationships woven in this space and the importance of the institution for the social life of these users. From a gender perspective, I observed the relations between sociability, leisure and “being a woman” in a neighborhood outside the most central axes of the city. Agency and resistance have emerged as elementary to the understanding that while state support for social welfare appears to be continually degrading in the current political context, space is surrounded by a network of complex and dynamic relationships there are underlying and necessary in public life of such women.

Keywords: Gender; Sociability; Public Policy.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo I – Assistência Social, Estudos de Gênero e Sociabilidade no bairro Santos Dumont.....	11
Capítulo II – Debates em métodos e teorias do fazer etnográfico: Construindo-me pesquisadora.....	26
Capítulo III – O que acontece no Grupo de Mulheres?.....	35
Capítulo IV – Conclusões.....	44
Referências Bibliográficas.....	50
Anexo.....	55

INTRODUÇÃO

Este trabalho refere-se ao ano de observações no espaço de convivência denominado Grupo de Mulheres disponibilizado como parte do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do bairro Santos Dumont em Maceió/AL.

Como ponto de partida estive junto com a orientadora desta pesquisa em reunião com a coordenadora do CRAS, a fim de considerar as contribuições que esta pesquisa poderia agregar em sentidos diversos como a espera por resultados e as possibilidades de aplicabilidade da ciência produzida.

Nesta reunião ficou acordada minha participação no espaço de convívio para mulheres, que se realiza semanalmente, denominado Grupo de Mulheres. No entanto, uma das condições colocadas teria sido a aceitação prévia das mulheres participantes acerca de minha entrada em campo. Ao ser aceita pelas integrantes do Grupo de Mulheres, passei a frequentar o CRAS todas as sextas-feiras, o que se estendeu por um ano (fevereiro/março de 2018 a março de 2019).

O trabalho a seguir retrata este tempo de envolvimento com funcionárias e usuárias da instituição, e tem por objetivo a análise desta política pública de proteção social oferecida às residentes do entorno e que recorrem aos serviços para constante reelaboração da realidade e estabelecimento de vínculos com semelhantes.

No primeiro capítulo desenvolvo compreensões acerca dos serviços ofertados no CRAS de maneira mais ampla, em seguida parto para uma descrição etnográfica do bairro Santos Dumont enfatizando a relação entre as análises de gênero e fenômenos de sociabilidade expostos pelo grupo. Trago um levantamento de dados referentes à realidade socioeconômica das mulheres interlocutoras em forma de gráfico para dialogar com teorias abordadas no decorrer das discussões.

No segundo capítulo trabalho noções teórico-metodológicas perpassando a construção do pesquisador pelo campo e os debates que dizem respeito às novas formas de refletir sobre práticas antropológicas. Explicito as minhas vivências no grupo de convívio estudado e reelaborações que foram necessárias para o entendimento de uma sociedade complexa e em transformação, assimilando a ferramenta de interlocução como prática comprometida com a crítica e os impactos políticos do pensamento.

Em seguida destaco como os estudos de gênero e maternidade guiaram os primeiros pressupostos de pesquisas levando-me a compreensão de que seria preciso me

abrir para os conflitos da vida em sociedade que foram trabalhados aqui através da chave da sociabilidade.

O capítulo terceiro trata propriamente das observações em campo, trazendo trechos dos diários de campo produzidos que ressaltam as convergências existentes entre o observado por mim neste trabalho e a literatura produzida por pesquisadores mais experientes.

No quarto e último capítulo, reorganizo as ideias para a elaboração da conclusão. Perpasso os pontos chave da pesquisa orientando minhas impressões obtidas em trabalho de campo, discussões de gênero que embasaram o início do trabalho, o espaço CRAS como proporcionador das relações de sociabilidade e a realidade do bairro em que está localizado.

Encerro o trabalho com reflexões acerca de novas teorias antropológicas que permitem mirar o trabalho do pesquisador e o contato com o outro de maneira a entender as problemáticas da própria disciplina, mas ressaltando esta potência crítica que nos proporciona atualizações constantes nos modos de pensar e prática o trabalho etnográfico.

CAPÍTULO I – Assistência Social, Estudos de Gênero e Sociabilidade no bairro Santos Dumont



Figura 1: Dinâmica de aproximação e incentivo ao exercício físico, sexta-feira, 15 de fevereiro de 2019.

A Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988 a partir da criação de órgãos públicos com esta finalidade, visto que até este momento as entidades filantrópicas e o chamado terceiro setor (ONGs) se encarregaram de serviços de proteção social.

Em caráter efetivo, a responsabilização do Estado pela seguridade social e assistência ficou estabelecida pela nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, quando se efetivou o plano de construção dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) com o objetivo de descentralizar e localizar fisicamente serviços de proteção social no Brasil referenciando famílias em situação de vulnerabilidade.

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do

acesso aos direitos de cidadania (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009).

A formação dos programas referidos passou por algumas modificações desde a sua criação, já que a oferta de serviços de seguridade social esteve colocada em segundo plano, como atribuição estatal, durante os anos que precederam 1988, tendo sido a reformulação da Constituição Federal um marco neste campo. No entanto, somente em 6 de julho de 2011, com a Lei 12.435 sancionada, que fica garantida a continuação do SUAS.

Neste sentido, constitui-se compromisso do Estado, por meio da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social (SEDS), elaborar estratégias para estabelecer rumos e diretrizes, fornecendo mecanismos de apoio às instâncias municipais, ao terceiro setor e à iniciativa privada (Ministério da Cidadania, acesso em fevereiro de 2019). Cabe ainda, através de apoio financeiro aos municípios e serviços de assistência social, proporcionar o funcionamento dos estabelecimentos fornecendo apoio técnico, capacitação, monitoramento e avaliação das ações sociais promovidas em todo o país.

Assim, constituem domínios dos Centros de Referência em Assistência Social a oferta de serviços tal qual o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), mediados através de sua estrutura física. Em geral, os CRAS estão localizados nos bairros de baixa renda das cidades, o que deve facilitar o propósito de estabelecimento de vínculos com a comunidade local, constituindo-se espaço de referência da proteção social nestas localidades.

O PAIF é o principal serviço da proteção social básica em atividade no Brasil e tem por objetivo desenvolver o trabalho social com famílias em estado de vulnerabilidade social, que na maioria dos casos vivem nas adjacências da estrutura física CRAS, uma vez que a orientação geral é que as famílias sejam atendidas pelo CRAS mais próximo a sua residência.

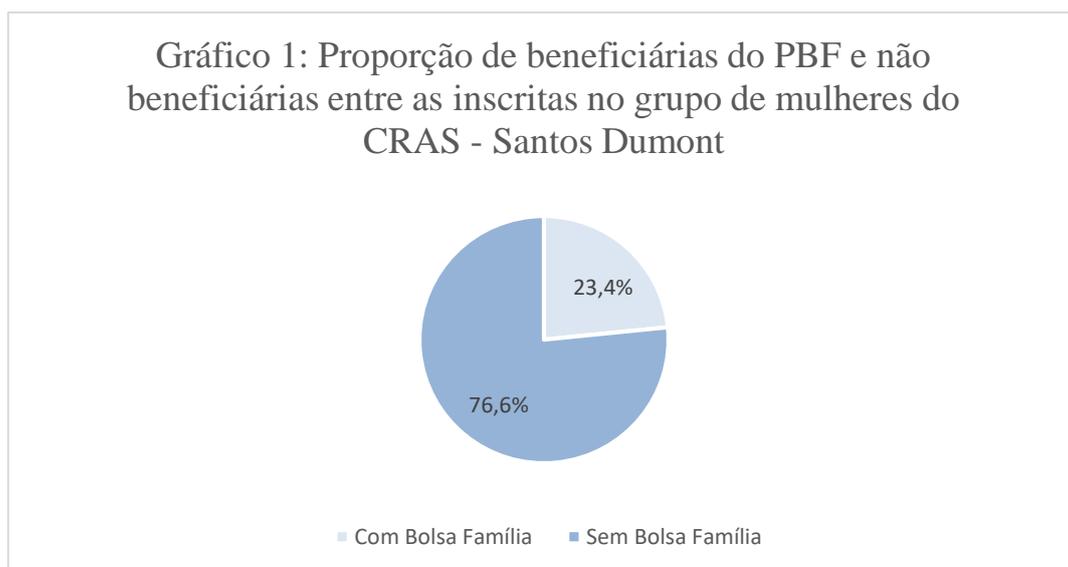
Este programa de proteção integral à família foi reconhecido pelo Governo Federal como um serviço continuado de proteção básica (Decreto nº 5.085/2004), passando a integrar a rede de serviços socioassistenciais (Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, 2015).

Torna-se importante salientar que além das informações obtidas em fontes institucionais, foi possível notar esse processo constitutivo e até mesmo de instabilidade em que se encontram os serviços citados. Em sessão subsequente me dedicarei aos relatos baseados nos diários de campo produzidos durante este trabalho, com a

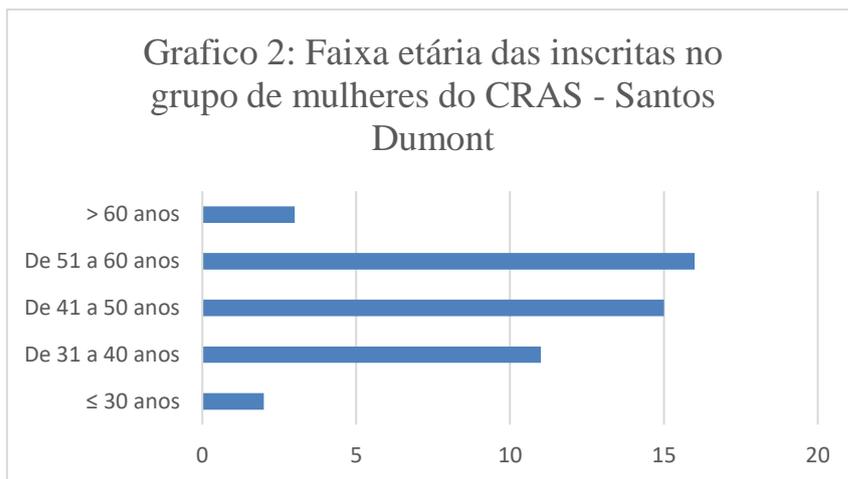
finalidade de analisar e apontar situações em que pode observar situações delicadas e em certa medida até informais que agem como propiciadores na reprodução deste serviço.

Na cidade de Maceió existem dezesseis Centros de Referência em Assistência Social, distribuídos em todo perímetro urbano. Segundo as orientações técnicas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS cada CRAS em cidades de médio e grande porte podem atender até cinco mil famílias, de acordo com as condições estruturais disponíveis e devem situar-se nos territórios de maior vulnerabilidade.

Apesar dos dados relativos à população de usuários dos serviços de proteção social na cidade de Maceió não estarem disponíveis ao acesso público, estima-se que são atendidas oitenta mil famílias neste município. Sabe-se que o Programa de Atendimento Integral à Família – PAIF constitui serviço base para o funcionamento do CRAS, no entanto, outras demandas são atendidas como no caso do serviço de redistribuição de renda Bolsa Família.



Nem todas as pessoas que frequentam as atividades de convívio garantidas pelo PAIF são também beneficiárias do Programa Bolsa Família, como mostra o gráfico acima no grupo estudado. Deste modo, cabe salientar a existência de demandas diferentes e os múltiplos meios de ação e intervenção que um CRAS pode ter no território em questão, sempre reiterando que não pode existir CRAS sem a oferta do PAIF. O grupo de mulheres estudado neste trabalho existe como projeto de manutenção dos vínculos familiares e comunitários bem como propõe este serviço de atendimento integral à família referido.



Em todos os CRAS do país os grupos ofertados são: grupo de crianças, grupo de mulheres e grupo de idosos, pois estes correspondem a grupos de

vulnerabilidade estabelecidos pelo PAIF. Minha pesquisa se desenvolveu no grupo de mulheres. Os critérios para participação neste espaço de convívio são idade e gênero. É necessário ter entre dezoito e sessenta anos de idade (existem exceções) e ser mulher.

Não necessariamente a regra referente à idade é seguida a risca, isto porque, algumas mulheres que têm mais que sessenta anos dizem não se identificar com o grupo de idosos e preferirem frequentar o grupo para mulheres.

Existe um caráter heterogêneo no grupo que pode estar relacionado ao fato das mulheres frequentadoras terem chegado ao serviço por motivos diferentes, o que algumas vezes produz um modo individualizado de interação, participando nas atividades cada uma como mais lhe interessa e mostrando no decorrer dos encontros suas perspectivas em assuntos distintos que nem sempre colidem, sendo relevante salientar que apesar de pertencerem a um “universo comum” são diversas, não podendo ser vistas como um grupo uniforme.

O artifício de divisão dos grupos é marcado pelo caráter geracional, estando o grupo de mulheres diferenciado por ser o único com demanda relativa a aspectos de gênero. No grupo de mulheres, além da intersecção entre geração e gênero, a identificação entre o grupo se dá também por atributos socioeconômicos e modelo familiar em que vivem como apontam os gráficos de números três, quatro, cinco e seis.

Gráfico 3: Estado Civil das inscritas no grupo de mulheres do CRAS - Santos Dumont

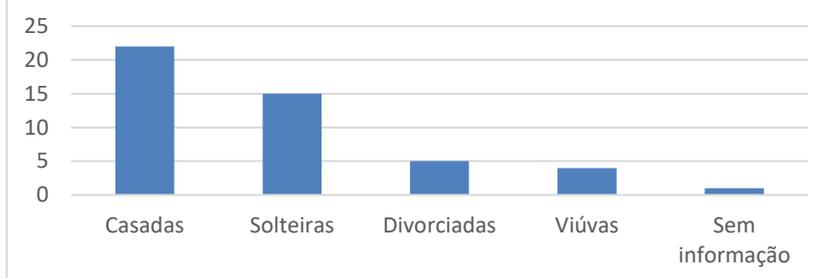


Gráfico 4: Ocupação das inscritas no grupo de mulheres do CRAS - Santos Dumont

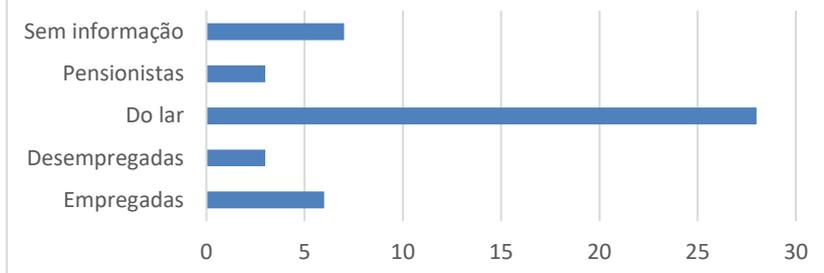
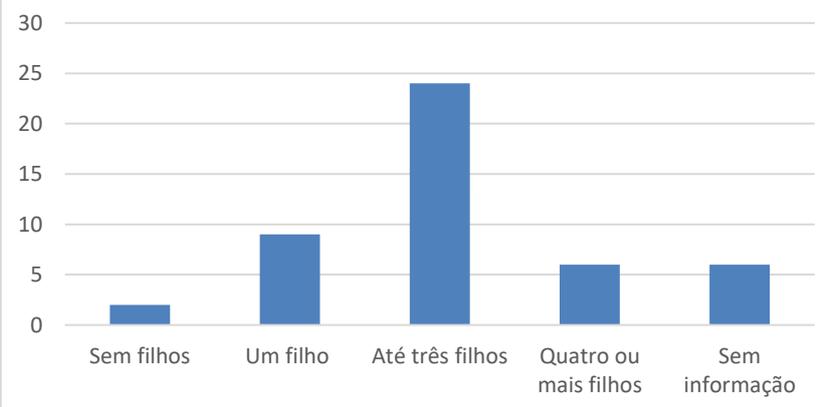
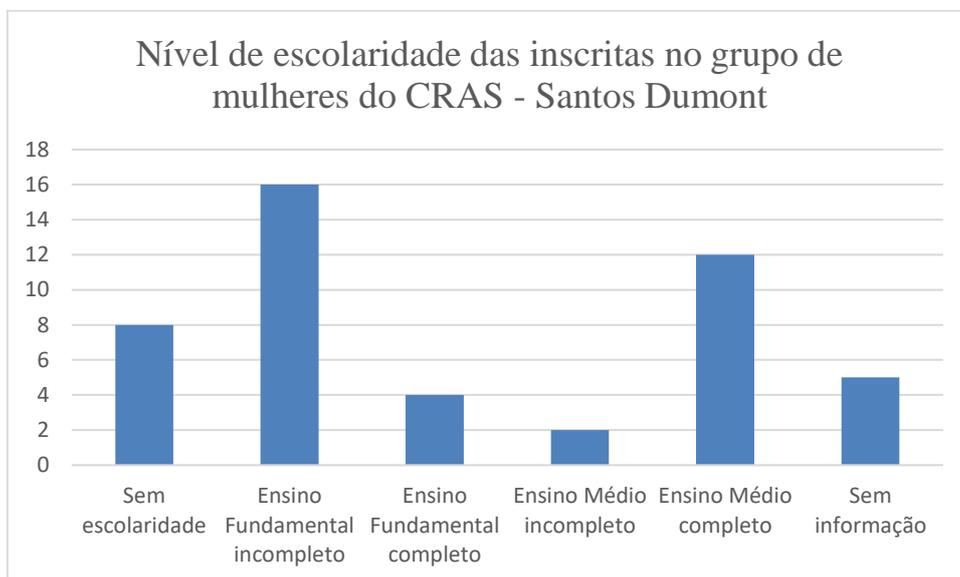
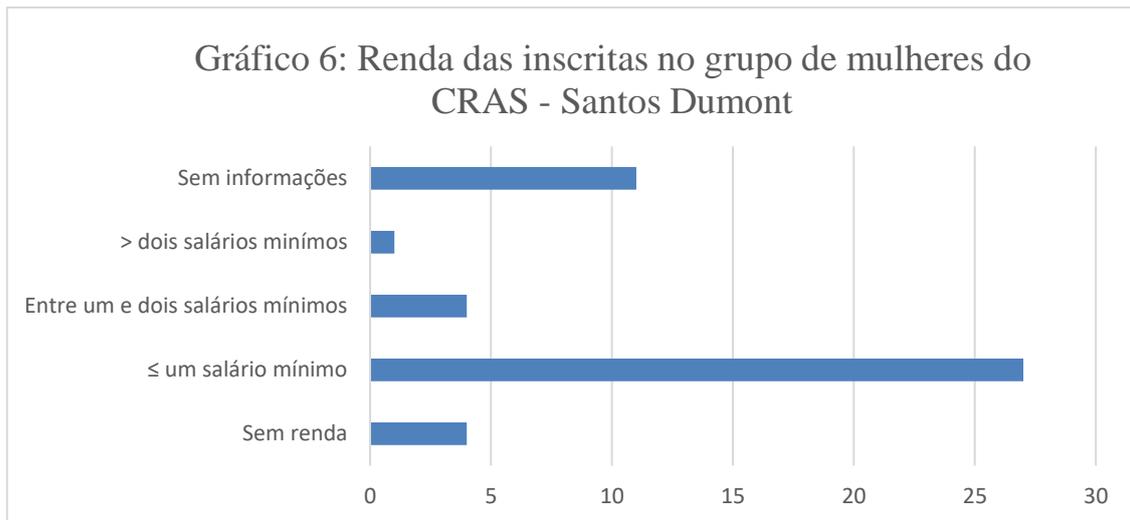


Gráfico 5: Quantidade de filhos das inscritas no grupo de mulheres do CRAS - Santos Dumont





A partir das informações obtidas sobre a conformação parental, nível socioeconômico e escolaridade, que configuram dados à respeito da vida privada, busquei observar, em seguida, as narrativas produzidas acerca da vida pública, isto é, a habitação de um bairro em comum, observando posteriormente suas narrativas e percepções sobre viver neste espaço na cidade de Maceió.

Segundo informação publicada no Diário Oficial do Município de Maceió em 07/01/2000, o bairro Santos Dumont foi criado através da lei municipal Nº 4.953 em 06 de janeiro de 2000. Em narrativas de interlocução, soube que esta região já vinha sendo ocupada mais visivelmente desde pelo menos o ano de 1999, em decorrência da inauguração da Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira.

Esta correlação entre as primeiras ocupações no espaço e a instalação da penitenciária na rodovia BR-104, ocorreu segundo tais informações, pelo motivo de muitas famílias com parentes internos não terem condições de deslocarem-se de suas

regiões de residência, muitas oriundas do interior do estado de Alagoas iniciaram a construção das chamadas “favelas de lona” nas redondezas do presídio para a permanência nas proximidades e maior facilidade para o acesso e visitas.

Deve-se ressaltar, contudo, que a formação do bairro não se deu exclusivamente em relação ao surgimento da penitenciária, mas devido ao fato desde bairro estar localizado logo na entrada da cidade de Maceió e por isso um local complexamente ocupado por populações rurais em movimento de migração para área urbana da capital.

Em levantamento censitário produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população do bairro em 2000 era de 13.792 pessoas, em 2010 de 20.471 habitantes, sendo 10.743 mulheres e 9.728 homens, neste último censo. O bairro situa-se no encontro da avenida Dep. Serzedelo de Barros Correia (BR316) com as avenidas Menino Marcelo, Durval de Góes Monteiro e rodovia BR 104, constituindo 7,08 km².



Figura 2: Mapa do bairro Santos Dumont. Fonte: Bairros de Maceió (2002-2018)

A primeira vez que estive no bairro foi em janeiro de 2015, quando me mudei para a cidade de Maceió para cursar Ciências Sociais na Universidade Federal de Alagoas. Nesse caso, meu primeiro acesso se deu através da rua que o liga com a BR-104 onde está a portaria da universidade.

As ruas eram asfaltadas nesse trecho, as calçadas ainda em terra e durante a noite a iluminação era fraca. Lembro-me do comentário de minha mãe, que me acompanhava na procura de uma casa, quando passamos a noite pelo bairro. Disse-me que aquela

iluminação fraca a fazia lembrar a iluminação da sua cidade no interior de São Paulo, quando criança.

A grande maioria das casas do bairro é bem simples e pequenas, sendo a porta e janelas diretas na calçada. Se a casa tem uma varanda não é incomum que a família tenha uma pequena mercearia nesse espaço com produtos diversos como refrigerantes, alimentos de preparo rápido, produtos de higiene, cigarros e em alguns casos bebidas alcoólicas.

No entanto, ao caminhar por mais partes do bairro e chegar ao seu interior, pode-se notar a presença de casas que destoam da maioria, isto é, casas grandes e cercadas por muros bem altos, quase como lugares isolados e fugidios àquela realidade. Percebe-se que pouco se sabe sobre os proprietários dessas casas pelo fato de esses nunca circularem pelas ruas a pé, sempre entram e saem de casa em automóveis.

Se fizermos um esforço de criatividade quando nos deparamos com essas grandes casas “perdidas” em meio a um bairro precário, podemos perceber que isso se dá, pois, anteriormente à ocupação de meados de 1999 com a chegada da penitenciária, esta região da cidade de Maceió ainda não fazia parte do perímetro urbano mais habitado da capital, nesse caso, essas terras estavam divididas em grandes sítios.

Com a crescente ocupação dessas terras e posteriormente com o loteamento, venda e chegada de programas de política habitacional, esses sítios foram subdivididos transformando-se então nessas casas muradas e isoladas em meio a um bairro onde a maioria da população habita casas pequenas e grudadas umas nas outras.

Esse ambiente de sítio e a mistura do rural com o urbano é evidente nas caminhadas. Muitos animais soltos pela rua, terrenos descampados com amontoados de lixo, homens mais velhos sentados nas calçadas assim que amanhece o dia. Existe um hábito curioso e corriqueiro que é a criação de passarinhos, homens se reúnem de manhã cedo com suas gaiolas e pássaros, ocorrendo trocas e até mesmo comércio de espécies tidas como mais notáveis. Sempre que via essa situação, me lembrava da cultura Balinesa com relação à criação de galos, descrita com maestria por Clifford Geertz (1978) no clássico livro de antropologia *A Interpretação das Culturas*.

Sobre a estrutura do bairro, as ruas são geralmente estreitas e várias vielas. O bairro é cruzado por três avenidas uma paralela a outra e são chamadas de “principal”. Os comércios são abundantes, sendo muitas lojas de roupa, mini mercados, padarias, mercearias, lojas de produtos usados, farmácias entre outros. É importante destacar que

não existem caixas eletrônicas ou bancos no bairro, os mais próximos estão dentro da UFAL ou nos postos de gasolina já na rodovia ao entorno.

As sensações durante uma caminhada são diversas. Saindo do condomínio Parque das Jaqueiras em direção à universidade em um percurso a pé, como os meus diários, sentia-se um forte cheiro de galinha na primeira quadra logo que saía de casa. São vários matadouros e avícolas. As pessoas ali têm o hábito de comprar o animal recém-morto para o preparo. O ar aparentemente seco e com muita poeira, deixa marcas na pele. No auge do verão a quentura e o sol incidente tornavam este percurso sofrido.

As ruas pelas quais passava eram asfaltadas de uma maneira um tanto descuidada ao ponto de a calçada ser ainda de terra ou com muitos obstáculos, o que me fazia preferir caminhar no asfalto, assim como a maioria das pessoas. Algumas vezes cortava caminho por uma viela que ligava a rua de minha casa com a outra avenida principal do bairro. Passar por ali era um alívio, às 11 horas da manhã as casas ainda faziam alguma sombra no beco e àquele ponto qualquer trecho em que fosse possível evitar o sol me atraía.

Na avenida principal o trânsito era confuso, pois, apesar de não ser uma rua larga o trânsito corria para os dois sentidos e ainda várias bicicletas passando por lugares apertados e desviando dos pedestres como era possível. Via-se na rua um vai e vem de crianças e adolescentes uniformizados voltando ou indo à escola. Os barulhos se confundiam entre sons de anúncios em farmácias, motores de carro, gargalhadas, gritos dos jovens e outras conversas aleatórias.

O Colégio Estadual Onélia Campelo, o principal do bairro, localiza-se em uma esquina com essa avenida, nesta rua eu virava à esquerda rumo à universidade. Passando em frente ao colégio o barulho era grande e notava-se um entra e sai de estudantes, o que demonstrava que aquele período caracterizava a troca de turnos. Por diversas vezes a ronda escolar da Polícia Militar estava parada na porta da escola e os policiais fora do carro observavam parados no portão a movimentação dos jovens na rua.

Essa rua era considerada uma das mais perigosas do bairro, segundo a incidência de assaltos que ocorriam ali. Desde que cheguei sempre me disseram para tomar cuidado naquele trecho principalmente a noite, isto porque voltava da aula aproximadamente às 22h. Por necessidade, na grande maioria das vezes fiz esse percurso a pé e sozinha, andava muito rápido e olhando para todos os lados tentando manter a calma mas sempre com medo.

Em qualquer oportunidade de voltar acompanhada me sentia aliviada, pois aquele trecho me deixava de fato desconfortável e até ansiosa pelo momento de ir embora quando as aulas estendiam-se um pouco além do horário previsto. No entanto, apesar de ter notícias e amigos próximos que foram assaltados justamente naquela rua, nunca ocorrera nada comigo, além do medo e susto quando avistava alguém se aproximando.

Virar a esquina do colégio no percurso de volta era um alívio enorme. A sensação de ter chegado a um espaço protegido, dentro do bairro de fato. Muitos moradores comentavam que o perigo daquela rua que liga o Santos Dumont com a UFAL existia, pois, ali era um terreno sem domínio, por onde pessoas de outros bairros passavam e viam a oportunidade de cometer tais assaltos.

Em uma ocasião de manhã enquanto eu aguardava um ônibus ouvi um senhor dizer, em tom eufórico e de concordância que depois que certa facção¹ chegou no bairro e consolidou seu poder (mais evidentemente nos últimos cinco anos), o local ficou bem mais seguro e os assaltos diminuiram bastante. “Agora ficou bom aqui, quem matar vai morrer” (*sic*).

Essa sensação de segurança era por diversas vezes associada mais com relação à presença desta facção do que com a presença de rondas policiais. Neste caso, muitas pessoas evocavam a imposição de certas regras no bairro, que teriam segundo muitas opiniões, melhorado as condições de vida, tornando as caminhadas e saídas de rotina mais possíveis e menos arriscadas do que há algum tempo atrás.

Muitas vezes os moradores falavam com certo orgulho que apesar deste bairro ter sido considerado há alguns anos atrás como o mais perigoso da cidade, por diariamente ocorrerem homicídios, hoje a realidade é diferente. Felizmente hoje em dia pode-se sair de casa para o trabalho com menos medo ou sem presenciar cenas de violência. Durante o tempo que morei no bairro, lembro-me de três situações que resultaram em homicídio. Os corpos ficaram no local por várias horas até que alguma providência fosse tomada.

Destas três vezes, uma aconteceu em frente ao mercado mais frequentado do bairro, na avenida principal; outra na calçada do condomínio onde morei e a última que me lembro, em uma rua mais afastada já próxima à rodovia. O burburinho se espalhava

¹ Ver dissertação “Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC” de Karina Biondi, UFSCar, 2009, p. 120, sobre condutas e funcionamento do “crime organizado”.

rapidamente, algumas pessoas saíam para ver o ocorrido, outras com medo fechavam suas casas e não deixavam as crianças irem para fora.

Em relação ao motivo, o que sempre se dizia é que a vítima teria algum envolvimento com o tráfico de drogas e que a morte era resultado de cobranças e outras questões desta ordem. No muro lateral do condomínio, via-se em letras garrafais o lema “PAZ, JUSTIÇA E LIBERDADE” além de outras inscrições de referência ao grupo dominante, e lamentos de saudade por mortos envolvidos nestes conflitos, logo abaixo a frase: “UM GUERREIRO DE VERDADE NÃO MORRE, DESCANSA”.

Deste modo, é possível notar que as relações de sociabilidade no bairro vêm se transformando e novas dinâmicas nos modos de viver e conviver nesta localidade surgem trazendo novas formas de participação na vida social. Frequentemente as interlocutoras desta pesquisa falavam sobre como é diferente morar no Santos Dumont atualmente.

Em uma dessas conversas A.P me dizia que antigamente não existiam, por exemplo, linhas de ônibus que ligassem o bairro com as partes mais centrais da cidade de Maceió. A.P que veio do interior do estado do Pernambuco, pois, seu marido havia conseguido um emprego na capital de Alagoas. Em seus relatos sempre reiterava as dificuldades de mobilidade naqueles tempos e a violência explícita no bairro que transformava a vida neste espaço sempre passível de situações de horror.

Outras interlocutoras mais velhas, falaram-me que a vida parecia mesmo como a vida de um sítio, por outro lado, já que haviam animais soltos sendo criados quase de maneira coletiva e que muitas pessoas plantavam macaxeira e outras espécies que existiam como forma de subsistência. Observando o mapa do bairro é possível notar a existência de uma Área de Preservação Ambiental (APA) chamada Catolé e Fernão Velho. Este espaço forma uma reserva de Mata Atlântica de 5.415 hectares, criada em 1992, isto é, anteriormente ao surgimento do bairro em questão, no mapa vemos que o bairro é pequeno e praticamente formado como bordas dessa mata.

Segundo informações de interlocução este lugar era visto como um ambiente tanto desconhecido no sentido de que os moradores pouco se arriscavam a caminhadas na mata hoje em dia, quanto por um lugar posteriormente ligado à esta violência, já que muitos corpos foram encontrados ali, além funcionar como esconderijo para pessoas em fuga.

Assim, o cotidiano no bairro foi correlacionado com o medo e isolamento em muitas narrativas. Disseram-me que após a chegada das linhas de ônibus foi que

evidentemente as coisas começaram a mudar e o bairro passou a entrar em um circuito mais amplo como pertencente a toda extensão urbana maceioense.

Considerarei conveniente descrever o Santos Dumont, para que se faça entender como as dinâmicas de vida tem se modificado com notável rapidez nos últimos dez anos. Se anteriormente o vínculo com a terra era maior ao ponto das mulheres se referirem ao bairro como um grande sítio, o fenômeno de urbanização vem sendo percebido nesses últimos anos por diversos espectros segundo me informam.

Em se tratando de mulheres que passam a maior parte de seu tempo nesta localidade, por estarem ligadas aos trabalhos para com a família e uma minoria já ter tido em algum momento um emprego fixo e fora de casa, falar da sociabilidade no bairro constitui sentido inexorável nos modos de vida observados. Percebe-se nos elementos acima expostos a complexidade de compreensões acerca de como é viver nesta localidade.

Com efeito, atualmente o bairro é tido como mais tranquilo apesar dos eventos já narrados acima, isto porque, hoje em dia apesar do aspecto individualizado e privado que a vida tem tomado, pode-se viver aí sem maiores preocupações quanto ao aspecto mobilidade e circulação na cidade. Neste caso, as causas ligadas a baixa frequência de saídas rumo a outros bairros e até mesmo praias de Maceió aparecem mais conectadas a aspectos econômicos.

Evidenciando os arranjos que os moradores fazem para viver neste bairro, noto a importância destes discursos que apontam para combinações entre referências do passado e presente na construção desta narrativa de como é viver o bairro e fazer parte deste território. Assim, considero que os trabalhos antropológicos da/na cidade devem passar por constantes reelaborações buscando aproximar-se das diversas perspectivas narradas lançando mão de uma análise crítica e consciente das dinâmicas conflituosas e complexas que constituem a vida urbana.

A partir do panorama acima, que remete à realidade social das interlocutoras envolvidas nesta pesquisa considero a relevância das novas compreensões sobre família, gênero e classe nas produções teórico-antropológicas. Partindo do princípio que o conceito de família está sempre se reinventando, ou seja, varia de acordo com contextos socioculturais, econômicos e políticos, torna-se necessário observar as contribuições existentes na própria história da Antropologia, em que muitos teóricos viam nas relações de parentesco respostas para tentar explicar questões mais amplas da sociedade,

como sua estrutura e organização (KROEBER, 1969; RADCLIFFE-BROWN, 1969; LÉVI-STRAUSS, 2009).

Para além do modelo conjugal, a família é um lugar no qual a escolha é um fator decisivo. É o caso em que Janet Carsten (2000), utiliza o termo *relatedness* substituindo o de parentesco, reinterpretando o sentido da parentalidade em uma noção de conectividade. A utilização do termo *relatedness* é capaz de abrir os horizontes do parentesco para outros idiomas de pertencimento e formas de conexão, o que enfatiza o caráter da escolha e retira a conformação parental de um espectro unicamente biológico.

Segundo Carsten (2000), esse termo permite, mais uma vez, ir além da simples oposição entre biológico e social em que muitos estudos notados como clássicos em parentesco basearam suas considerações. Parece-me propício citar David Schneider (1968), como um desses marcos da antropologia do parentesco e sua elaboração sobre a concepção de família. Esta última estaria estreitamente ligada às novas descobertas da ciência, em relação a métodos reprodutivos, definindo o parentesco como um sistema cultural e simbólico não somente influenciado pela biologia, mas intrinsecamente ligado a ela.

Existe um rompimento com o que é definida “família normal”, a partir da perspectiva de Elizabeth Bott (1976), que tenciona e reelabora a ideia de que existem tipos de comportamentos habituais e corretos para determinados círculos sociais. Esta autora mostra que apesar da possibilidade de distinções generalistas, as relações entre a concepção de família e o círculo social a que pertencem mostraram-se heterogêneas e, portanto, complexas.

Claudia Fonseca (2004) aborda na etnografia produzida com base nas interações com residentes da comunidade Cachorro Sentado na cidade de Porto Alegre esta compreensão a respeito das relações de gênero e família e de modo que são constituídas e simbolizadas em um contexto de pobreza. A autora apresenta neste trabalho o fato de as mulheres residentes desta localidade terem orgulho de se dedicarem às atividades maternas.

Esta relação fora explicitada diversas vezes dentro das entrevistas concedidas à autora. E nesse caso observou-se latente a rivalidade existente entre as mulheres da vila, que quando tinham por objetivo atacar outra, a crítica partia geralmente, para o fator maternidade e ainda o estado civil da oponente em questão. Portanto, pode-se compreender que nesta perspectiva a mulher que quer manter sua “imagem” deve zelar pelos filhos e marido, sendo uma “boa dona de casa”.

Tanto no trabalho de Fonseca (2004) quanto na presente produção, existe a consideração de que quando o estudo está compreendido em camadas populares da sociedade surge a ideia da “cultura do pobre” que tende a explicar as disfunções da vida dos indivíduos baseando-se na composição familiar “desorganizada” desses. No entanto, pouco se leva em conta os reflexos do campo político e econômico sobre suas vidas, o que acaba por relacionar tais discussões com conceitos da psicologia individual, relacionando, em grande parte das vezes, ocorrências de ordem social às próprias pessoas.

Elizabeth Bott (1976) e Marilyn Strathern (1995) evidenciam possibilidades diversas de elaborações familiares, o que em grande medida tem a ver com a realidade socioeconômica dos sujeitos sem, em todo caso, cair em um reduativismo classista, mas buscando compreender dinâmicas simbólicas e morais que oscilam até mesmo dentro de uma mesma classe, abandonando-se qualquer versão de um olhar taxativo.

A complexidade do contemporâneo exige um esforço de análise criativo, reatualizado e, além disso, de caráter refinado visto que dentre os desafios de produção antropológica mais recente, constitui-se uma armadilha bastante tentadora a reprodução e reedificação de um velho discurso de tendência explicativa sobre o mundo que se esforça em taxar o que é próprio dos pobres e endossar a ideia da norma.

Tomo em consideração o fato histórico de que o formato da família nuclear é uma noção burguesa de distinção dos pobres, tendo sido constituído em torno da chamada ficção da normalidade (FONSECA, 1997). Neste modelo, a sexualidade feminina é tida como patrimônio familiar, pautada por uma “moral burguesa” que tem por pretensão afastar-se daquela noção de família popular que perpassa circulação nas redes sociais e reforçando relações de interdependência entre indivíduos.

Marilyn Strathern (1992) caracterizou o parentesco como híbrido. Na tentativa de fugir das oposições entre natureza e cultura, sociedade e indivíduo, a autora reitera a acepção já trazida em outros autores citados, de que o parentesco é constituído ao mesmo tempo por aspectos sociais e naturais.

Assim, em vez de ser concebida como unidade natural, "célula básica" de qualquer sociedade, e instituição chave para a saúde mental de todo indivíduo, "a família" passa a ser analisada como uma noção política e científica historicamente situada (Fonseca, 2007).

Cabe citar o conceito de configuração em Norbert Elias (2001), o qual vem romper com a fixidez na divisão entre indivíduo e sociedade, borrando as fronteiras entre público e privado, social e psíquico ao mostrar a importância de conceber as

transformações, exercício que abre caminho para a compreensão da formação dos indivíduos através do lugar social em que eles ocupam, de suas relações com as normas e as regras que organizam os grupos sociais, considerando o processo de internalização e constrangimento das pulsões e emoções de cada um (COSTA, 2017).

Existe em intersecção a reflexão sobre mulheres e sua autonomia dentro da construção de uma família (STRATHERN, 1995), o modo como são vistas e (re)tratadas na sociedade e as narrativas acessadas nesta investigação. Isto me leva a pensar na própria produção de suas subjetividades e todos os informes sobre emoções, sentimentos e sentidos que mulheres possuem e projetam sobre o mundo e seus próprios corpos.

A partir das discussões entre gênero e família, refleti sobre como a família nuclear se atualiza quando analisadas por um viés de classe e como se comportam as redes extensas em relação a este processo de circunscrição última daquilo que se é considerado como parte da família.

CAPÍTULO II – Debates em métodos e teorias do fazer etnográfico: Construindo-me pesquisadora



Figura 3: Roda de conversa sobre percepções acerca da maternidade, sexta-feira, 11 de maio de 2018

Partindo desta perspectiva criativa e questionadora que propõe as ciências sociais, chego ao Centro de Referência em Assistência Social para minha primeira experiência etnográfica. Propus-me o desafio, já que este processo de iniciação, de “aprender ver” como dito por Simoni Lahud Guedes (2004) apresenta-se ainda em um debate incipiente, de modo que vagueia a ideia de que a antropologia é uma coisa que entra pelos poros de uma maneira quase espontânea.

No início das visitas não me sentia de fato confortável com a situação. Notava que a expectativa das mulheres usuárias do serviço e da coordenação da instituição eram – e talvez ainda o sejam – alta. Como etnógrafa iniciante isto foi de fato um tanto preocupante, já que a responsabilidade aumentava e, implicando experiências distintas me posicionar como estudante de ciências sociais e me entender e me colocar no lugar de pesquisadora.

Uma das educadoras sociais que acompanham o funcionamento das atividades no Grupo de Mulheres certa vez me disse que quando lhe disseram que viria uma pesquisadora da universidade para acompanhar e participar das atividades do grupo,

imaginou uma mulher mais velha, vestida com roupas sociais. Na hora descontraí e fiz algum comentário sobre a expectativa. Mas esta ideia não me saiu da cabeça.

Desde minha primeira ida a campo no CRAS optei por roupas que chamassem menor atenção possível. A primeira vista esta escolha não tinha nenhum embasamento teórico-metodológico, mas esta foi a decisão que tomei. O próprio fato de ser mais branca do que a maioria das frequentadoras e falar com um sotaque diferente, já me faziam ser bastante notada.

Penso que seja oportuno ressaltar que não se trata, em algum sentido, de tentar ocupar o lugar daquele etnógrafo invisível, que tudo vê e por nada é visto. Quando trago esses aspectos acerca do corpo e das performances, o que penso é que todas as escolhas impactam no modo como seremos interpretados, necessariamente em uma situação tão delicada quanto a de iniciação etnográfica.

Maria Laura Cavalcanti (2003) ao citar Clifford Geertz se refere ao conhecimento e a prática de campo como uma produção que se dá junto às pessoas, já que o que pesquisamos são códigos simbólicos que organizam e estruturam a experiência (com os quais adentramos o vasto reino das percepções e das emoções).

É a partir deste espectro que penso a relevância das percepções e emoções, por mais sutis que sejam. Nem todas as escolhas tomadas durante este processo de pesquisa se orientaram de maneira lógica e puramente racional. Como “marinheira de primeira viagem” muitas vezes precisei me apegar a sensações que não são por completo explicáveis, mas que de alguma forma compõe um modelo básico de interação entre seres humanos.

Jeanne Favret-Saada (1990) me estimula a refletir sobre os modos como se dão os afetos na prática etnográfica. Ao trazer relatos de suas vivências em campo na pesquisa sobre a feitiçaria no Bocage, esta autora mostra que em antropologia, muitas vezes, é necessário se deixar afetar para que a interação seja de fato comunicacional. Na contramão de certa teoria hegemônica e de uma produção antropológica mais antiga, surge esta proposta sensível, de uma bela reflexão sobre o envolvimento do pesquisador com o grupo.

O que de fato parece-me central em toda esta discussão é a relação que vai se compondo entre pesquisador e pesquisados e, em um dado momento, como esta experiência parece fugidia de toda escolha metodológica prévia à vivência no espaço e tempo que se quer tratar. Por mais que eu tenha de fato, sido inspirada e guiada por toda

a discussão das bibliografias lidas a respeito, existia a inquietação e questionamentos internos sobre se o modo como agia era correto.

A sombra de neutralidade que pressupõe a produção científica me colocou em situações em que efetivamente me questionava se o que estava produzindo estava dentro do rigor científico. E foi em artigos como este citado, que fui descobrindo que sentir que “estava fazendo tudo errado” é mais positivo do que podia imaginar. Reiterados questionamentos, mudanças de planos, olhar por outros ângulos, foi os modos que encontrei para seguir realizando este trabalho.

Estar em campo por um ano inteiro, pareceu-me ousado para a produção de um “simples” trabalho de graduação. Mas em todo caso, eu só estive em contato com este grupo por todo esse tempo por que me questionava continuamente e a cada nova visita via a possibilidade de solucionar certas questões ou de produzir outras.

Então, foi a partir dessas experiências que eu compreendi uns dois anos após ter lido pela primeira vez o artigo de Mariza Peirano (2014) em que o próprio título já estabelece de uma maneira quase polêmica que etnografia não é método. A princípio não entendi por completo o que estava em jogo com esta afirmação, uma vez que para mim a etnografia parecia um método de se fazer pesquisas criado pela antropologia.

No entanto, relendo os trabalho de Mariza Peirano e outros, pude notar que a própria prática etnográfica é em si produção teórico-etnográfica. Assim, as fronteiras entre o início e o fim do campo vão se borrando, na medida em que acontecem repetidas recombinações intelectuais. “Aprendi a ver” que as tensões existentes no trabalho de campo são bastante fortuitas e que pressupor que tudo ocorreria em equilíbrio – como muitas vezes vemos nos textos etnográficos já prontos – revelaria pouco sobre a complexidade do ambiente e possivelmente não produziria nenhuma grande novidade a antropologia.

Percorrendo os trabalhos de Roberto da Matta (1972) e Luís R. Cardoso de Oliveira (2007) pude compreender a manifestação do chamado *anthropological blues* como experiência constitutiva do trabalho de campo e do processo de escrita etnográfica. Isto porque, não sendo natural da cidade de Maceió, me mudei para cá com o propósito de estudar, cursar ciências sociais. Em certos momentos me senti como uma etnógrafa viajante (neste excesso de romantismo mesmo), estudando e pesquisando em um ambiente que ao mesmo tempo em que me era estranho, pois estava sempre na condição de “de fora”, senti-me também familiar com o passar dos anos por justamente ter morado no bairro em que pesquisei.

O uso do termo *anthropological blues* refere-se às dificuldades iniciais do etnógrafo no campo e as questões existenciais que são constantemente levantadas quando em contato com o grupo pesquisado. Assim, nutrir a dialética em relação ao outro e ver a si próprio como parte compositiva de um processo que articula cognição e emoção, chama a atenção para uma dimensão importante da interpretação antropológica que não pode ser mensurada.

A partir dos gráficos é observável a realidade socioeconômica das usuárias do serviço de convivência em questão nota-se que a maioria destas mulheres é também mãe. Este é um fator que pretendo discutir nesta seção, dado que desde o início da pesquisa foi o vetor e principal motivador da minha entrada em campo neste espaço. Por quê?

Quando fui selecionada em agosto de 2016 para participar no projeto de iniciação científica orientado por Débora Allebrandt, lembro-me de ter demonstrado interesse em estudos relativos às práticas de maternidade já no momento de entrevista para a seleção. Falarei brevemente sobre os paradigmas que me ligaram a este universo e como tal realidade chamou-me atenção, aguçando minhas percepções para este assunto.

Levando em consideração as afinidades prévias, localizei dentro da prática de pesquisa em ciências sociais, a possibilidade de afinar o olhar para esta dialética exótico-familiar debatida em Roberto Cardoso de Oliveira (2007). Esta noção de que a antropologia é uma disciplina voltada à compreensão do outro, estando ele ligado a uma sociedade/grupo social distante do pesquisador, redefine-se e torna possível a pesquisa em um universo a que também pertença o pesquisador.

Neste empreendimento, o esforço de conexão com o ponto de vista nativo, assim como as implicações cognitivas e existenciais do trabalho de campo são centrais para a elaboração de uma etnografia (Cardoso de Oliveira, 2007).

Os fatores que definiram meus interesses de pesquisa encontram conexões com a realidade observada durante o processo etnográfico no Centro de Referência em Assistência Social no que diz respeito às discussões de gênero e enfaticamente com a intersecção existente entre este marcador social da diferença e a prática da maternidade. Para exemplificar, me debruço à produção teórica antropológica concernente ao debate gênero/maternidade.

Demonstro a partir dos dados adquiridos no trabalho etnográfico, que existe dentro das famílias das entrevistadas, pautadas em normas hegemônicas, uma carga de trabalho – que ao redor do tempo é reatualizada, mas amplamente naturalizada -, que imprime na mulher a prática da maternidade em termos axiomáticos. Mulheres assumem papéis dentro da construção familiar que perante as óticas feministas têm se apresentado um obstáculo as possibilidades de autonomia e participação em uma vida pública individualizada. Configura-se deste modo, o que venho assumindo como família normal.

Considero que a maternidade assume função psicoafetiva forte, que podem ser debatidas como até mais relevantes que a própria ligação biológica. De acordo com as expressões do grupo pesquisado, a obrigação ou papel social de mulheres mães consiste em manter, zelar, cuidar e educar aos filhos no lar. Este lar higiênico é posto em discussão por Lucila Scavone (2004) que nos provoca a refletir sobre um processo mais amplo de higienização social, ao passo que localiza a casa e a mulher como fundamentais para a manutenção desta ordem estrategicamente elaborada para uma responsabilização dos indivíduos sobre a seguridade social.

Este ambiente de cuidado se mostrou por diversas vezes marcado pela circulação de crianças, além das necessárias articulações estratégicas em se conceber uma rede de ajudas que dê suporte, mesmo que somente em casos emergenciais. Tal rede de ajuda revela-se, sobretudo, constituída por outras mulheres, mulheres mães e ainda mães e avós.

Sobre as mentalidades difundidas no e pelo senso comum acerca do que se entende por maternidade, observo nas expressões e produção de sentidos das interlocutoras, compreensões que tangem à naturalização da maternidade no curso da vida feminina, bem como a essencialização do ser mãe. Em nossas conversas, todas se mostravam de acordo com a ideia de que as práticas de cuidado para com os filhos devem estar em sua maior parte vinculadas à mulher. E este trabalho é compreendido como característica fundamental do amor materno, além de ser um dos fatores constitutivos daquilo que se entende por “boa mãe”.

O amor materno é concebido neste grupo como instintivo, uma tendência capaz de expressar o auge do ser mulher. A literatura utilizada para embasar meus argumentos, pondera que o papel de mãe, é moldado, em todo caso, em função do espaço-tempo. Deste modo compreende-se a maternidade como um comportamento social capaz de se ajustar a um determinado contexto sócio histórico.

Diante esta perspectiva teórica, o ser mãe não corresponde a um acontecimento unicamente biológico, mas às vivências registradas numa dinâmica histórica, não acabada, mas própria do processo de construção da realidade. Sheila Kitzinger (1978) reflete sobre a maternidade como uma expressão cultural que engloba um sistema de valores relacionados com o que é a mulher e, também, com o que é o filho.

Assim torna-se central compreender, dentro da perspectiva desta autora, que as relações estabelecidas entre mulher e filho também variam de acordo com os aspectos socioeconômicos, nível de envolvimento na prestação de cuidados e relações de afetividade entre a mulher procriadora e a cria. As autoras citadas acerca das relações entre gênero e maternidade convergem na ideia de que tais definições não tem por objetivo a construção monolítica da mulher mãe, mas justamente dar força aos matizes que as reverberações dos processos históricos produzem na vida de mulheres mães na atualidade.

Para ampliar esta discussão, é possível voltar a citar David Schneider (2006) sobre as relações tecidas entre a vivência da maternidade e as estruturas do parentesco. Na reflexão antropológica deste autor sobre parentalidades estado-unidenses, o parentesco também é pensado como um sistema cultural e simbólico não somente influenciado pela biologia, mas intrinsecamente ligado a ela. A consonância das reflexões entre os autores citados resulta na compreensão de que as estruturas de parentesco estão baseadas na combinação entre dinâmicas sociais e biológicas, mas não sustentada por apenas um destes aspectos.

Inicialmente pautei-me por pré-noções acerca do que poderia ser o trabalho de campo. Com certa ingenuidade de iniciante e na tentativa de transpor os conhecimentos adquiridos nas disciplinas cursadas na universidade tentei traçar um plano de trabalho e assim encontrar e utilizar um método de pesquisa, o que me parecia algo bastante rígido e específico.

Nos primeiros contatos com o Grupo de Mulheres tinha dúvidas quanto a postura que deveria adotar, se uma performance ativa de questionar e estar sempre perguntando detalhes de suas vidas, ou observar e deixar que os assuntos corresse de maneira mais suave e quase como uma conversa cotidiana.

Percebi por mais de uma vez que não era tratada como participante do grupo e que isso tem total relação com o fato de não ser mãe (apesar de nem todas o serem) e muito mais enfaticamente por uma tensão geracional. No ano de 2017 quando iniciei meu contato com esta instituição tinha 20 anos de idade. Comportar-me como

pesquisadora e corresponder às expectativas criadas foram acima de tudo um desafio a minha idade. É o caso em que já citei a fala da educadora social que me interpelava sobre ter acreditado que para ser pesquisadora era necessário ter mais idade e usar roupas sociais (*sic*).

Toda a composição do corpo, as roupas usadas, o fato de ter tatuagens, causavam por vezes algum estranhamento nas pesquisadas. Funcionárias me perguntavam sobre meus *piercings*, o que me fazia notar a importância e complexidade atribuída ao corpo na pesquisa em campo. Com efeito, nessas ocasiões me comportava com discrição, respondia suas perguntas, mas sustentava em minha postura a ideia de que apesar de muito nova, ali eu era estudante universitária e pesquisadora.

M. que é a educadora social que entrou no lugar de R., está lá há um mês, me pergunta de onde sou, se moro aqui sozinha, o que eu estudo e o que faz um cientista social, ao que eu explico. Todas que estão em volta se interessam e começam a prestar atenção na conversa e fazer outras perguntas. De repente duas delas estão ao meu lado e erguem a manga de minha camiseta e começam a passar a mão em meu ombro, olhando a minha tatuagem e perguntando se tem mais. (diário de campo, 3 de agosto de 2018).

Considero importante ressaltar estas questões, pois, tais marcas e performances influenciaram em minha interação com o grupo, muito embora a minha personalidade afetuosa em priorizar o toque e o contato corporal, como abraços, rompesse com esta primeira impressão, fazendo com que muitas mulheres se sentissem aparentemente mais a vontade com a minha presença após este encontro corpo a corpo, que sob o meu ponto de vista, refletia a horizontalidade de minhas intenções, apesar dos outros fatores de diferenciação.

Foi o caso em que uma das participantes do grupo, uma senhora com mais de 60 anos de idade, adotou uma postura de recusa quando da minha entrada em campo. Sempre que dirigia a palavra a ela, me fazia expressões de impaciência e dizia que não tinha nada pra falar. Estimuladas por ela, outras se recusaram a assinar o termo de compromisso de livre e esclarecido, afirmando não quererem compromisso com a minha pesquisa apesar de não qualificarem a minha presença como incômoda no decorrer das atividades.

Dando um salto no tempo, lembro-me do abraço apertado que eu e esta senhora demos ao fim do trabalho de campo realizado nesta localidade e das bênçãos por ela desejadas a mim. Desta maneira pude compreender que a adoção de uma postura dialógica pode romper esta barreira do contato, visto esta senhora assumiu, ao fim, papel de interlocução de grande relevância quando me contava sobre aspectos de sua

vida, relação com os filhos, netos e vizinhos, enquanto costurávamos um pequeno pedaço de pano e ela me auxiliava em um bordado no qual já era experiente.

O que quero mostrar com estes fatos é que, com o decorrer do tempo as primeiras preocupações metodológicas foram se diluindo e dando espaço a uma interação mais fluida, que longe de todo rigor científico normativo, me possibilitou o acesso ao universo destas mulheres por um meio sensível e não menos crítico e reflexivo.

Cheguei ao CRAS às 13:50h, a maioria das mulheres já estavam lá e estavam fazendo vagonite. Quando eu cheguei, cumprimentei M. e D. e em seguida fui até a mesa onde elas já estavam bordando e conversando. Uma delas me perguntou quase que afirmando “Você não veio semana passada né? Vou pegar um pano pra você fazer também”. Então me sentei na ponta da mesa, era a única cadeira vaga, hoje estavam presentes mais de 15 mulheres. Então M.R. se dirigiu a mim, me entregou uma agulha, um pedaço de pano e a linha, me ensinando como começar o bordado. Eu segui pedindo ajuda às que estavam ao meu redor e logo já estava fazendo sozinha.

“Que lindo tá ficando o seu (risos). Aprende pra quando você casar fazer um enxoval beem bonito”. D. disse para mim.

“Não vai levar pra terminar em casa não. Porque se não chega aqui na sexta-feira e não tem nada para fazer. **O negócio é ocupar a sexta-feira**” (diário de campo, 3 de agosto de 2018).

Envolver-me nas atividades proporcionadas a estas mulheres foi o modo que encontrei para alcançar uma interação que de fato comunicasse corpo e mente, ultrapassando a imagem daquela que só sabe olhar, perguntar e nada fazer. Se neste espaço o intuito central é a troca de saberes-fazer, então pinteí telas, bordeí panos de prato, fiz coelhinhos em E.V.A para as crianças na páscoa e muitas outras coisas que motivavam a vinda destas mulheres às sextas-feiras no CRAS.

Assim, fora em uma prática de interação simples e complexa que decidi me apoiar para praticar a etnografia. Se em outros contextos antropólogos trocavam miçangas por informações, nesta localidade a troca material estava vetada. A instituição reitera cotidianamente que nenhuma atividade pode envolver dinheiro das usuárias, apesar de aí ter também outros conflitos. O que desejo enfatizar é que, o emprego da observação participante aliado à compreensão de um mundo sensível, foi fundamental para que eu conseguisse produzir dados relevantes e até mesmo diferenciados daqueles obtidos através da aplicação de questionários extensos e cansativos.

Considero salutar o fato de que nem mesmo este ano de interação fora suficiente para compreender aspectos mais subjetivos da vida dessas mulheres, isto porque me parece um ato de presunção e até mesmo falseamento dos resultados, pensar que poderia dar conta das compreensões de mundo humanas mais complexas, com um contato

semanal mediado por uma instituição de assistência social, assim como exposto por Gilberto Velho (2011) ao propor que, podemos ver como são complexas, confusas até certo ponto e eventualmente contraditórias as origens e as bases para o desenvolvimento de um modo próprio de olhar e analisar o mundo.

Faz-se necessário considerar que existem muitas coisas visíveis e evidentes, através da observação da vida pública. Mas existe toda uma gama de mistérios, obscuridão, segredos, meias verdades que podem surpreender ou jamais serem descobertos nos processos de interação social.

Ao mesmo tempo é fundamental saber que, por maior que seja o nosso esforço de compreensão, haverá sempre algo que nos escapa. Isso, longe de ser negativo, torna-se um estímulo e uma razão para a maior modéstia de nossas pretensões. Sabemos que as relações erótico-amorosas permeiam boa parte da obra proustiana, nas mais diversas formas. É um alerta para o trabalho dos cientistas sociais, que não precisam se transformar em psicólogos para valorizar, prestar atenção nas emoções, nos desejos e afetos, tão importantes na sua dimensão sociocultural (VELHO, 2011).

Assim, torna-se necessário ponderar a transformação deste trabalho e as conexões que podem ser estabelecidas com a prática da autoetnografia, no sentido de compreender as contribuições que a observação do outro podem trazer para a própria percepção do ser pesquisador e aspectos que constituem os caminhos e práticas antropológicas em minha formação.

CAPÍTULO III – O que acontece no Grupo de Mulheres?



Figura 4: Rotina de confecção de artesanatos nos encontros de sexta-feira

Para este capítulo, trarei trechos dos relatos obtidos e registrados através do método de produção de diário de campo. Essas anotações apontam em minha análise para fatores como pessoalidade e informalidade exemplificando como a relação das funcionárias e usuárias deste serviço executam papel de manutenção e continuidade desta política de proteção social.

Neste sentido, a necessidade e vontade das usuárias de que os encontros continuem ocorrendo como momento de sociabilidade e lazer para mulheres e mães sem outras opções, leva-as muitas vezes à trazer seus materiais (no caso de artesanatos e costura) de suas casas, mesmo que em muitas conversas tenham relato ter ciência de que esta seria uma função da própria instituição ao ofertar tal serviço.

Em outro caso, que me parece notável ser citado, umas das funcionárias, então educadora social responsável pela condução das dinâmicas ofertadas ao Grupo de Mulheres, adquiria com recursos próprios materiais para o desenvolvimento das atividades. Aqui pessoalidade e informalidade se cruzam agindo como elementos da viabilização da reprodução deste serviço público.

As reclamações acerca da decadência que vem sofrendo a instituição nos últimos anos (segundo as interlocutoras desde meados de 2014) tornam-se aparente quando usuárias reclamavam tanto dos cortes recorrentes que vinham sendo efetuados no Programa Bolsa Família, como também nos próprios alimentos ofertados como “refeição” ao final da realização de cada encontro.

Fui ao CRAS às 14h, pensando em levar uma proposta para que possamos organizar uma roda de conversa que verse sobre os desafios da maternidade e questões referentes à construção e representação do “ser mãe”.

Ao chegar fui muito bem recebida por R e D, que são as Educadoras Sociais que coordenam e fazem acontecer os chamados “grupos”, que consistem em reunir mulheres, idosos, crianças, com a intenção de propor atividades que distraiam suas mentes e que ainda possam ser utilizadas como fonte de renda em alguns casos, como a feitura de artesanatos.

O que me intriga hoje é que mais uma vez R me contou que está tendo que tirar dinheiro do próprio bolso para que as atividades dos grupos aconteçam, ela compra os materiais necessários para que existam oficinas. Hoje D se referiu duas vezes a C como sendo uma pessoa que atrapalha o funcionamento das atividades e que cobra coisas que essas educadoras sociais não concordam.

D diz: “Se quisermos sair daqui ou fazer qualquer coisa vamos ter que pagar...”, “há mais de dois anos que eu pedi pra comprar umas tesouras e até hoje nada”, R completa: “Se eu não quisesse que o grupo acontecesse eu não comprava, mas como eu sei que vocês querem vir pra cá e fazer as coisas eu compro”.

Quando propus a Roda de Conversa, R logo apoiou, dizendo que para ela é um desafio ter que propor novas atividades toda semana e ainda ter que pagar pelo material.

Vim embora mais cedo e não acompanhei a feitura dos caderninhos de E.V.A que iriam fazer hoje, pois não me sinto muito bem por conta de um resfriado. Ao fim todas as mulheres presentes aceitaram a proposta que eu fiz e fiquei de marcar a data com R, para que veja o melhor dia para essa atividade.

Hoje refleti sobre como contribuir com as atividades do grupo e a possibilidade de conseguir materiais para que as oficinas sejam realizadas sem que as funcionárias tenham que pagar por isso. R repetiu mais de uma vez que seu salário não chega a um salário mínimo com os descontos e que ainda deixa uma parte em materiais na instituição “se quiser” que as atividades ocorram”. (diário de campo, 13 de abril de 2018).

A partir do trecho do diário de campo exposto acima posso refletir sobre a responsabilidade que o Estado assume em relação à oferta e manutenção destes serviços que constituem um direito dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

Cabe então, considerar as propostas e orientações que designam ações pertinentes a um Centro de Referência em Assistência Social, bem como seus objetivos de fortalecimentos dos vínculos familiares e comunitários. Neste caso, pretendo uma articulação entre a compreensão de como esta instituição propõe-se a trabalhar e as discussões mais recentes em antropologia urbana sobre direito ao lazer e usos do tempo livre.

A medida que este trabalho etnográfico foi sendo construído, pude notar que além de tratar de questões de gênero constituía assunto de interesse debates sobre sociabilidade e oferta de lazer à um grupo em situação de contraste. Refiro-me à contraste, pois, diferente das discussões acerca da exploração da força de trabalho no sistema capitalista pós Revolução Industrial e a consequente necessidade em tratar do

tempo de descanso, nesta realidade observada as dinâmicas se desenvolvem adquirindo outros desdobramentos.

As mulheres usuárias do PAIF e participantes do Grupo de Mulheres, em sua ampla maioria, não estão empregadas no mercado de trabalho formal, assim como informa a tabela de identificação no primeiro capítulo. Contudo, são responsáveis pelo trabalho doméstico e serviços de manutenção da higiene do lar e bem-estar do cônjuge e filhos. Entre as que são casadas, houve relato recorrente de que o marido não permitia que esta trabalhasse fora de casa e em outros casos diziam até terem procurado emprego no mercado formal, mas que não tendo sido chamadas ao trabalho acabaram por desistir e dedicar-se somente à família.

Essa sucessão de questões com as quais me deparei no decorrer deste ano de observações fez-me notar que aliar noções de sociabilidade ao debate de gênero, poderia conduzir a compreensões singulares ao dialogar com estudos sobre lazer e ocupação do tempo livre como direitos sociais da população e fundamentalmente, com relação ao grupo pesquisado.

O fato de praticamente todas as participantes do grupo se identificarem com a categoria “dona de casa” ou “do lar” para se referirem ao vínculo empregatício ou função como profissional, explicita a relevância deste debate que toca nas relações de trabalho para ir além e informar sobre práticas de uso do tempo livre. Neste caso, a instituição CRAS opera para estas mulheres como mantenedora dos vínculos sociais e comunitários, visto que por não trabalharem fora de casa a divisão entre ocupação e lazer torna-se paradoxal.

Hoje percebi claramente que a necessidade por lazer no bairro é enorme, principalmente para as mulheres e mulheres mais velhas, que com os filhos já crescidos não tem mais tanto trabalho para fazer dentro de casa e procuram por uma distração. As que têm filhos em idade escolar buscam o CRAS para não ficar somente dentro de casa e poder conhecer outras pessoas também, além de ocupar a mente e se distrair. (diário de campo, 21 de setembro de 2018).

Em diversos momentos a carga de trabalho doméstico e emocional com relação ao cuidado foi apontado como elemento preponderante naquilo que era entendido como papéis da mulher na sociedade e da mulher enquanto esposa e mãe. Todas as mulheres apesar de concordarem que a higiene do lar e o cuidado são tarefas estritamente relacionadas ao gênero feminino demonstraram discursos de cansaço e sempre faziam questão de ressaltar que ser “do lar” também consiste em trabalho apesar de não remunerado.

O trecho de diário de campo exposto a seguir, referente ao dia 11 de maio de 2018, ilustra a situação descrita acima. [...] Entre todas as questões acerca da maternidade levantadas, percebo que existe um alto grau de concordância, apesar de cada mulher viver coisas bem específicas. A maternidade no curso de vida feminino é extremamente enraizada nesse grupo, bem como o cuidado do marido e dos filhos. Entre idas e vindas do debate, escuto que: **“O que você está fazendo hoje é muito importante para nós. Nunca falamos sobre isso com ninguém, e aqui a gente consegue desabafar, contar um pouco sobre nossas vidas. Ainda mais a gente que passa o dia com as crianças, não tem um adulto pra conversar”** [...] (grifo meu).

Se novamente nos voltarmos aos gráficos, com base no acesso da documentação das cadastradas no programa, é possível observar que no campo “expectativas” são repetidas necessidades de socialização, lazer e geração de renda. Em contato com o CRAS, percebe-se a busca reiterada por sair da rotina; “se envolver mais com as pessoas porque sou fechada”; ocupar o tempo; aprender coisas novas; conhecer outras pessoas; ter momentos de distração e lazer; ocupar o tempo e a mente; aprender mais com o grupo; troca de experiências; “me dar e receber”; “interagir”; “ajudar e ser ajudada”; ensinar o que sabe; fazer novas amizades; trocar conhecimentos; melhorar a qualidade; ter qualidade de vida; esquecer as preocupações, entre outras.

Existem ainda dois casos em que as usuárias foram encaminhadas ao grupo por psicólogos da UBS João Macário de Omena Filho, localizada neste mesmo bairro. Ao conversar com essas duas mulheres, ambas repetiam que se encontravam em estado depressivo, pois, não eram casadas, seus filhos “já estavam criados” e por isso viviam sempre sozinhas. Uma delas parecia-me mais necessitada de atenção e sempre que eu chegava ao CRAS ela me cumprimentava e dizia que havia chegado fazia algum tempo, já que se sentia muito só em casa.

Outro elemento que apareceu repetidas vezes em conversas e entrevistas foi a busca pela religião e a ida a igreja como outro momento propício à socialização. Todas as mulheres com as quais tive contato nesse tempo em campo, me falavam da necessidade de ir à igreja e ter fé na vida para superar seus problemas. As crenças variavam, mas em geral estavam divididas entre católicas e evangélicas.

Ao chegar à sala do grupo me sentei junto com a única mulher que já havia chegado, peguei as linhas para continuar o bordado iniciado há duas semanas e ficamos conversando. Ao que ela me disse: “Eu cheguei aqui às 12:30h... quando a gente tá assim com depressão é horrível ficar dentro de casa... Esse ambiente é muito importante pra mim”. Seguiu me falando sobre sua situação, dizendo que os únicos ambientes que fica ansiosa para ir é no CRAS e na igreja. (diário de campo, 17 de agosto de 2018).

Retomando então a discussão acerca das condições de manutenção do serviço oferecido pelo CRAS, com frequência as educadoras sociais embasavam-se em pressupostos de uma moral cristã para falar sobre a superação de obstáculos e da aceitação de certo sofrimento como designios de deus. Em murais da instituição, palestras proferidas por coordenadores e outros funcionários ligados aos serviços de assistência social, a fé cristã era expressa como essencial para que os problemas fossem aceitos e assim resolvidos.

Muitos casos de depressão foram a mim relatados, e na perspectiva das autoras desses relatos, isso estava diretamente ligado com o afastamento da igreja e o isolamento social. Havia as que correlacionavam esta situação com a ausência dos filhos em casa e outras com fatores de envelhecimento.

Assim, acredito ter evidenciado a complexidade da situação em que vive o grupo observado, bem como o contexto de vulnerabilidade em que está inserido. Portanto, reitero que tais questões foram ficando mais evidentes para mim no decorrer da pesquisa e completamente em função do tempo de permanência em campo. Se no início a hipótese foi a dominação dogmática de gênero e as adversidades envoltas no ser mulher e mãe em contexto de vulnerabilidade social, posteriormente pude notar que esta questão se desdobrava em muitas outras, a que finalmente cheguei a conclusão da necessidade de discutir também aspectos de sociabilidade e ainda lazer como qualidade de vida.

O lazer é discutido em 4 artigos – 6º, 7º, 217º, 227º – da Constituição de 1988 sendo, respectivamente, definido como direito social, ao lado da educação, da saúde, da alimentação, da moradia, da segurança, da previdência social, entre outros. Ademais, o lazer é considerado, a partir de então, como uma necessidade básica da vida dos trabalhadores urbanos e rurais. Já no artigo 217, o lazer figura como responsabilidade do poder público, fortalecendo seu caráter primário de promoção social (CASTILHO; FALCÃO, 2015).

Os debates em antropologia que perpassam o lazer enquanto direito à cidadania, aprofundam-se na relação existente em lazer enquanto objeto de consumo e lazer como aspecto preponderante para um desenvolvimento social inclusivo. O caso por mim estudado insere-se nesta segunda discussão.

Notadamente, com base no próprio manual de orientação do funcionamento dos CRAS, este elemento não aparece exposto como um direito a que esta instituição busca proporcionar e manter. Por isso, localizo neste momento a agência das usuárias ao

utilizar um espaço que pressupõe manutenção de vínculos familiares e comunitários para experimentarem o prazer do tempo livre.

As educadoras sociais observadas e com as quais convivi, reiteravam que a proposta do Grupo de Mulheres consistia em repassar conhecimentos e atividades que viessem gerar renda. No entanto, o que observei foi a reelaboração por parte das mulheres participantes, que utilizavam o tempo na instituição não para aprender coisas que viessem ser vendidas a fim de melhorar as condições econômicas familiares, mas sim buscar a chamada qualidade de vida em um tempo e espaço dedicado somente a elas mesmas.

Essa reflexão parece-me pertinente, pois, foi participando das atividades proporcionadas que eu pude compreender aquilo como lazer, distração ou até mesmo terapia, como algumas se referiam ao momento. Neste caso, falávamos sobre maternidade e os percalços da vida como mulher e mãe em um contexto onde o cuidado e o bom funcionamento da casa estavam diretamente ligados a elas, mas também ouvia sobre a necessidade de ocupar a sexta-feira com algo que lhes desse prazer e as fizesse sair de dentro de casa sem maiores justificativas.

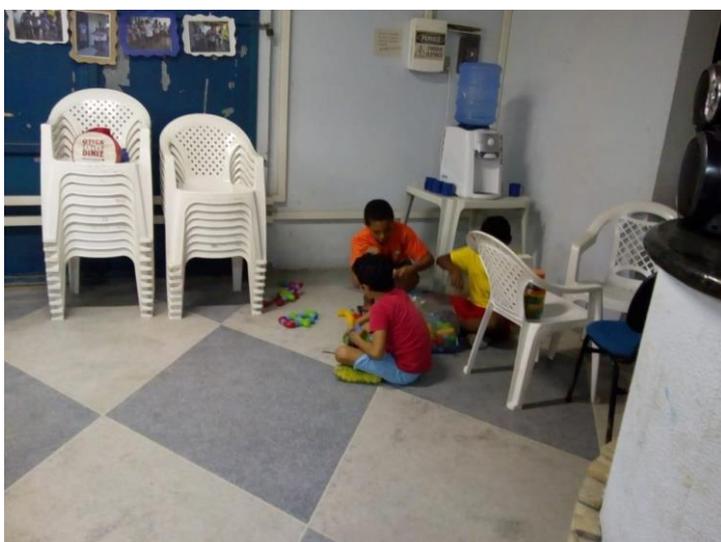
A.P rotineiramente me relatava que esperava muito pela chegada da sexta-feira, já que nesse dia teria uma “justificativa institucional” para sair e não se explicar ao marido. É importante ressaltar o valor dado a este espaço pelas frequentadoras, notada por mim como uma dupla subversão, tanto com relação ao que a instituição reiterava proporcionar, como em casa onde sair sem justificativas gerava um constrangimento moral partilhado em conversas no local.

Este constrangimento moral a que me refiro tem suas raízes no que Claudia Fonseca (2002) discutiu acerca das noções difundidas sobre o que seria a boa mãe. Neste caso, sair para obter lazer “sem justificativas” colocaria em questão a moral enquanto mulher e mãe e, uma vez que esta deveria dedicar-se exclusiva e ininterruptamente ao lar, e ainda, visto que não possui um trabalho formal fora de casa esta mulher não necessitaria de condições para desfrutar seu tempo livre.

Em alguns casos, mães e avós levavam crianças para o CRAS na sexta-feira, quando não tinham alternativa. No entanto, outras mulheres se queixavam dizendo que se soubesse que aquele espaço era para crianças também teriam levado as suas. Esta última reclamação vinha acompanhada da justificativa de que se fosse permitido a algumas, todas teriam direito. Esta problemática repetia-se todas as vezes que as educadoras sociais tentavam organizar algum tipo de passeio como idas a praia.

Diversas anotações feitas por mim em campo e posteriormente, competem a essa necessidade de ter com quem deixar os filhos para a realização de qualquer atividade externa. Vale citar que existe um grupo de convivência próprio para as crianças em outro dia da semana, mas que, no entanto, não amenizava os problemas quando a discussão era buscar atividades de lazer fora do CRAS para as mulheres.

Assim, o lazer sem justificativas ou sem possibilidades de agregar as crianças



fazia com que muitas mulheres frequentassem as atividades estritamente na espacialidade da instituição. Sair do bairro até mesmo para comprar materiais (que deveriam ser oferecidos pela instituição, mas não era o caso) consistia em transtorno perante todas as tarefas que

ligavam estas mulheres ao lar.

Mais de uma vez M. se ofereceu para ir ao centro da cidade comprar agulha e linhas para todas, pois, de outra maneira não teriam nada para fazer na sexta-feira durante o encontro. Como já disse em outros momentos neste capítulo, faltava material para que as atividades fossem realizadas, mas é importante ressaltar que nenhuma das educadoras sociais responsáveis pelo grupo estimulava as participantes a utilizar recursos próprios para a realização de atividades.

Vale ainda lembrar que tanto D., como R., durante toda a minha estadia em campo, falavam constantemente que as atividades não podiam envolver dinheiro das usuárias justamente por esse serviço atender uma população em situação de vulnerabilidade, o que caracterizaria uma prática incorreta e até mesmo injusta. R. e D. se mostravam conscientes de que esta seria uma relação prejudicial às usuárias.

Justamente por este fato, R. utilizava recursos próprios de seus ganhos como educadora social para proporcionar a realização de atividades.

[...] Hoje notei que para muitas, apesar de nem sempre estarem animadas para participar das atividades propostas é saudável sair de casa, ter outros compromissos e ter ainda com quem dividir pensamentos e experiências. A integração do grupo não é muito forte, algumas se relacionam mais ativamente que outras e isso também depende do fato de que algumas já se conheciam antes mesmo de participarem do grupo. A risada é a coisa mais importante, J., por exemplo, se alegra em fazer o grupo rir. E. tentou outras vezes propor dinâmicas, mas percebendo a falta de vontade da maioria hoje ela está mais calada.

Existe certa comodidade. Sair de casa para participar do grupo não faz com que elas se animem para sair do modo como estão acostumadas a interagir. O bem estar é mental e engloba a possibilidade de ter um compromisso, já que a grande maioria se identifica como “do lar”.

Levar os filhos para participar das atividades é um paliativo, pode não ser bem visto pelas outras que deram um jeito de estar ali sem os filhos. Uma mulher ao meu lado disse: Não sabia que podia trazer criança, já vi três crianças aqui, se eu soubesse... Apesar de saber que as que levam os filhos alegam que ou levam ou não participam, pois, não têm com quem deixar.

Na semana passada A. P falava se referindo à coordenação do CRAS: “Esse povo é muito ruim, não deixa levar as crianças”.

Elas querem se envolver nas atividades muitas vezes, como os passeios, mas têm suas limitações. Além disso, consideram o cuidado para com filhos e netos o mais importante, seria moralmente errado em suas perspectivas saírem para um passeio sabendo que os filhos não iriam junto ou deixando-os sozinhos [...] (diário de campo, 14 de dezembro de 2018).

Existem documentos elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em forma de manuais técnicos, livretos e cartilhas com objetivo de estabelecer diretrizes para o funcionamento dos CRAS, tanto no que diz respeito à normatização da estrutura física, quanto sobre a forma de condução dos serviços pelos profissionais da assistência social.

Além dos materiais já citados neste trabalho, os CRAS possuem também panfletos explicativos que são distribuídos para a população usuária do serviço ou pessoas que procurem a instituição para obtenção de informações. O antropólogo Pedro Nascimento (2017) em seu artigo sobre as possibilidades de trabalho conjunto da antropologia com o serviço social salienta que mesmo havendo tais materiais de normatização da conduta, ainda assim os CRAS possuem especificidades de funcionamento segundo a localidade em que estão inseridos e condições de cada Estado da República Federativa do Brasil.

Nascimento (2017) aborda também o que anteriormente denominei relações de pessoalidade e informalidade, o que significa que além das diretrizes estabelecidas pelo MDS, é interessante analisar as relações assimétricas dos profissionais para com as

usuárias. Aqui minhas observações no CRAS Santos Dumont em Maceió colidem com aquilo que este antropólogo observou em outros estados da federação, visto que em todo meu trabalho de campo fui interceptada por reclamações referentes ao acesso à informação (muito mais frequentes com relação ao Programa Bolsa Família).

Este incômodo por parte das mulheres participantes do grupo de convivência refletia esta disparidade nas relações, já que muitas afirmavam que apesar de terem acesso aos materiais impressos e explicativos, quando tentavam um diálogo direto com os funcionários da coordenação, este não era possível. Frequentemente mulheres se dirigiam a mim para relatar o corte de seu auxílio sem maiores explicações e diziam não entender os motivos e nem mesmo os atributos analisados para a designação do valor recebido.

Apesar de ter escolhido me deter fundamentalmente ao PAIF e as relações entre educadoras sociais e usuárias, assim como os agenciamentos feitos pelas mulheres em referência ao modo como se apropriam do serviço ofertado, é inevitável citar a importância que o Programa Bolsa Família (PBF) tem para estas. Considero que explicitar essas dificuldades e falhas de comunicação possa apontar em um posterior uso deste estudo, para novas maneiras e elaborações de estratégias mais eficazes.

Neste quesito concordo com os impasses comunicacionais elencados por Pedro Nascimento no estudo referido, penso também que além dos problemas com o PBF, essa falha no diálogo interfere justamente naquela falta de materiais para a realização das atividades no PAIF já mencionadas. Parece-me importante notar que, dentro dos Centros de Referência em Assistência Social todos os requerimentos estão amplamente conectados com um aparelho burocrático que impede por diversas vezes uma ação rápida dos gestores, provocando situações como a que uma funcionária resolve a falta de materiais com pessoalidade e informalidade.

CAPÍTULO IX – Conclusões

Avançando no debate de gênero amplamente embasado em pesquisa bibliográfica exposta no primeiro capítulo, buscarei neste último capítulo do trabalho de conclusão do bacharelado em Ciências Sociais, apontar para as conexões e conflitos existentes entre os três tópicos que constituem a interface desta pesquisa.

Como já dito em outros momentos a primeira questão que me instigou a produção deste trabalho e a procurar o CRAS para a realização do trabalho de campo foi a oportunidade de pensar gênero e maternidade em contexto de vulnerabilidade social. No entanto, com o decorrer do tempo pude notar conflitos e outras questões que se ligavam a esta realidade. Por mais que minha hipótese sobre a mãe como essencial ao lar e essencializada enquanto mulher correspondesse de fato ao que observei neste local, as relações de trabalho e a efetivação da política pública de manutenção dos vínculos sociais se mostraram com a mesma importância para respaldar minha reflexão.

Sabendo que as interlocutoras referiam-se às atividades realizadas no Grupo de Mulheres como uma válvula de escape, me atentei para a simbologia e significados dados à sexta-feira, como um dia de dar um tempo a si mesmo, um dia com algumas horas de descanso, trocas de experiências e momento recuperado para o diálogo, para contar as agruras da semana. Sexta-feira no CRAS e domingo na igreja.

Mesmo sabendo que o tempo livre dessas mulheres não se reduz ao que acontecesse no grupo de convivência, considero importante observar que as relações produzidas neste local, como a ampliação do círculo de amizades, possibilidades de criação de uma rede de ajuda embora sensível, me deram sustento para continuar a pesquisa e buscar compreender cada dia um pouco mais o significado deste tempo e espaço na vida das envolvidas.

Não obstante, os assuntos e conversas a que eu era chamada, soavam-me como cumprimento das expectativas produzidas por essas mulheres. Em vários momentos ouvia que minha participação no grupo tornava-o interessante pelo simples fato de saberem que existem jovens na universidade querendo se envolver na vida de uma população que pouco ou nenhuma participação tem neste espaço.

Reiteradamente as educadoras sociais me procuravam pedindo opiniões, mesmo que singelas, e D. me dizia algumas vezes que pessoas mais novas têm ideias melhores, que quem está na universidade tem criatividade. Neste caso, em muitos momentos as mulheres ficavam surpresas com minhas habilidades manuais para o artesanato e

quando se tratava de algo que eu não dominava, como o bordado, faziam questão de me ajudar.

Além de um local para a manutenção de vínculos e ocupação do tempo livre este ambiente se mostrou bastante propício a reprodução e manutenção de saberes-fazeres populares, tarefas que estão presentes na vida dessas mulheres desde a mais tenra idade, como a costura. No início me vi um tanto presa e até mesmo em uma vicissitude de observar apenas o que colidia com a minha hipótese pré-campo. Foi do meio para o fim do ano que percebi que deveria me abrir àquilo que o campo e as interlocutoras estavam me mostrando.

Obviamente, por essa ser minha primeira experiência de aplicação prática dos conhecimentos teóricos obtidos na universidade, não estive isenta de erros e talvez ao contrário disso, comecei sem muita noção de como agir enquanto pesquisadora, mas posteriormente pude perceber que a melhor ideia seria levar em frente um relacionamento horizontal e humilde, assumindo que estava ali para aprender o que queriam me ensinar e contar a história que por elas estava sendo produzida.

Analisar uma política pública como trabalho de conclusão da graduação, parecia-me instigante ao passo que me colocava em diálogo com as produções da antropologia contemporânea, comprometida com a realidade vivida, agência, criticidade e capacidade políticas dos sujeitos envolvidos como interlocutores. Além disso, algo que me chamava atenção ao ler trabalhos de antropólogos muito mais experientes, pares e cânones da disciplina foi esta possibilidade de retornar o material produzido ao grupo estudado.

Desta forma, posso destacar que o trabalho etnográfico contribuiu para a construção do ser cientista social à medida que a interação com o grupo provocou-me afetos possibilitando esta virada, compreender que tratar de gênero e maternidade constituía minha hipótese inicial de trabalho, mas posteriormente, existiu a necessidade de olhar por outros ângulos e afetar-me com as narrativas levantadas pelas interlocutoras que me informavam muito além dos dois pressupostos iniciais.

Pouco a pouco compreendi que a relação das mulheres envolvidas na pesquisa tinha total ligação com o universo da maternidade, pois, a maioria eram mães e avós. Mas outras questões e anseios também se faziam relevante na análise para compreender fenômenos de sociabilidade e a necessidade em usufruir da política pública ofertada como meio de acesso ao lazer e distração.

Assim, a proposta de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários ressaltada pela instituição mostra-se efetiva ao proporcionar um espaço que fora deixado de lado no projeto de urbanização, na falta de aparelhos voltados à promoção do lazer no bairro. Há confluência no aspecto segurança, já que muitas mulheres diziam que um ponto positivo em frequentar o CRAS seria que ali estavam seguras (dado o ambiente fechado) e confortáveis para passar uma tarde sem preocupações.

Além disso, é possível relembrar o trabalho de Del Priore (2009) que ao explorar e reconstituir o universo feminino no período colonial observou que as praças e aparelhos públicos de lazer eram tidos como espaços masculinos, já que as mulheres que passavam o tempo sentadas em praças e ambientes desta ordem eram estigmatizadas e taxadas segundo sua sexualidade, pois, considerava-se que ao estar dispondo de seu tempo livre como direito ao ócio, estaria também expondo seu corpo nesta localidade, o que constituía uma prática de “moral duvidosa” para mulheres.

Portanto, perpassar questões de sociabilidade é também percorrer a história da dominação de gênero e, assim, entrar nesse debate público versus privado. M.A disse-me, certa vez, que em frente a sua casa havia uma pequena praça (a única do bairro Santos Dumont), mas que nunca havia frequentado pois aquele era um lugar de “algazarra, homens bêbados e maconheiros”. Ainda relatou que certas vezes o barulho se estendia pela madrugada e quando olhava de sua janela via “aquelas meninas gritando e fazendo essas coisas que não presta”.

A fim de compreender o antropólogo como autor e coautor decorre a necessidade da crítica sobre a produção de verdades parciais, que segundo Johannes Fabian (2006) pode ser compreendida como o uso esquisogênico do tempo, termo este que sugere a disputa política envolvendo os usos do tempo.

Neste sentido, a escrita antropológica e o uso do presente para descrever situações observadas no trabalho de campo, devem seguir orientações que visem a não retirada dos direitos políticos das interlocutoras, notando que apesar das informações terem sido produzidas e relatadas no tempo passado, as mulheres envolvidas com a pesquisa seguem suas dinâmicas na vida social e continuam produzindo sentidos sobre as compreensões de mundo possível no presente.

Sabendo então que “[...] não há conhecimento sobre o outro que não seja também um ato temporal, histórico, político [...]” (FABIAN, 2006) pode-se entender que as produções de sentido segundo aspectos de gênero e sociabilidade, como foco

deste trabalho, continuam sendo reelaboradas constantemente pelas mulheres estudadas e atualizadas ao passo que ocorrem fluxos de informações.

Sobre tais fluxos de informações considero notáveis os conhecimentos trocados e adquiridos no que considero uma virada do campo. Se em um primeiro momento cheguei ao espaço a ser estudado com hipóteses e esperando responder minhas questões, algumas já prontas e preconcebidas como as de maior importância (gênero e maternidade), noto que a interação e afetos me construiu pesquisadora trazendo propostas de reelaboração dos olhares lançados.

O campo virou no meio do percurso, quando dúvidas surgiam e algumas vezes tinha a impressão de que minhas questões não estavam sendo respondidas com êxito. Foi então que me atentei para uma prática sensível focada em observar e escutar aquilo que as interlocutoras queriam me mostrar. Neste momento entraram em jogo as discussões pertinentes à sociabilidade, lazer e agências segundo as possibilidades ofertadas por uma política pública de promoção à assistência social que por mais equivocada que me parecesse em alguns momentos, tem significativa importância na vida das mulheres moradoras deste bairro e usuárias do serviço.

Portanto, é possível concluir que os serviços ofertados à população em situação de vulnerabilidade social pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS, são reconhecidos como referência na localidade observada. As usuárias tecem suas críticas quanto ao funcionamento do espaço e em relação à contingência de verbas, cortes nos auxílios e falta de estrutura para realizar as atividades que o setor vem sofrendo nos últimos anos.

Faz-se necessário reiterar que em um país como o Brasil, com grandes dimensões territoriais e marcado pela profunda inequidade da distribuição de renda, programas como SUAS devem ser defendidos como direito à cidadania e em todas as hipóteses ofertadas como serviço público de atenção social básica, visto às responsabilidades constitucionais para com o bem-estar social e políticas protetivas das populações em situação de risco.

As interlocutoras desta pesquisa mostram que ser referenciado por um CRAS consiste também em frequentá-lo e apropriar-se deste espaço para a manutenção dos vínculos e ampliação das possibilidades de sociabilidade que se encontram negadas pelo Estado à medida que não existem planos de integração e ampliação dos aparelhos de lazer no projeto urbano.

Um bairro com mais de vinte mil habitantes que conta com uma única praça e nenhum outro ambiente de socialização que acolha também crianças e adolescentes de maneira adequada, restringe em muitos casos, e efetivamente no caso das mulheres estudadas, as possibilidades de circulação segundo o lazer. Por mais que a estadia em praças não seja bem vista pelas mulheres, sempre existem reclamações sobre o fato de não terem onde levar seus filhos para brincar, sendo obrigadas a estar sempre dentro de casa com as crianças.

Quando perguntei sobre a possibilidade das crianças brincarem na rua, esta proposta pareceu completamente fora de cogitação. Apesar de a rua estar frequentemente cheia, as interlocutoras possuem um senso de distinção, ressaltando o risco que existe em deixar as crianças frequentarem as vias públicas e aprenderem coisas moralmente repudiadas. Ou em exemplo mais óbvio, começaram a “se misturar com essas coisas de torcida organizada, daqui a pouco já tá no crime”, como me disse R. certa vez sobre seu sobrinho de treze anos que “entrou pra essa vida”.

Destarte, considero as especificidades deste grupo de mulheres com relação às compreensões de mundo de outros moradores do bairro. Reitero a impossibilidade de tratar de maneira homogênea e simplista as atitudes “típicas dos pobres”. Se a circulação de crianças aparece em outros contextos como rotineira, neste caso a “família normal”, em sua complexidade, insere-se ainda assim em processos de individualização na criação dos filhos.

Esses processos complementam minhas observações e as discussões que trouxe para essa pesquisa sobre gênero e sociabilidade, mostrando que por uma série de fatores, o papel das mulheres interlocutoras consiste no zelo do lar e o cuidado com as crianças, impedindo que ampliem muitas vezes seus círculos sociais, interação e trabalho fora de casa.

Assim, “a desculpa institucional” para saírem de casa sem os filhos (quando possível) torna o CRAS um ambiente de suma importância para a socialização de tais mulheres, cujas atividades de lazer são negadas e questionadas se em outros ambientes. Se a instituição elabora estratégias e planos como os grupos de convívio e os CRAS não podem existir sem a oferta dos serviços PAIF, nota-se a necessidade em criar espaços “seguros” para a interação.

Poderia entrar no debate sobre se esse local torna-se seguro, na ótica das usuárias, porque fechados e supervisionados. No entanto, acredito a este ponto já ter dado conta de discussões e exemplificações que apontam para a complexidade da vida e

a relação que certas dificuldades têm, se observamos as possibilidades ofertadas na estrutura urbana, em um bairro criado há menos de duas décadas e permeado por conflitos e situações que sugerem a insegurança pública.

Todavia, ao atentar-me para as diversas conotações atribuídas à importância da instituição na localidade, o termo “referência em assistência social” adquire sentidos distintos nos entendimentos de seguridade social na presente reflexão, de maneira a impactar as próprias relações de gênero como no caso da oferta de um grupo apenas para mulheres, compreendendo que existe tal demanda em contextos diversos.

Concluo que os serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS, necessitam constantes investimentos por parte do Governo Federal, sendo reconhecido como sistema de suma importância para a manutenção de vínculos já negados em outras esferas públicas, estando este serviço ligado à reparação de problemas estruturais urbanos e de distribuição de renda notáveis em nosso país.

No caso desse estudo, o foco esteve lançado sobre a vida de mulheres que utilizam a instituição como espaço de encontros e formas de reelaboração de suas dinâmicas cotidianas. Nos debates de gênero supracitados nota-se também a importância em colocar em pauta o papel relegado às mulheres na constituição de “famílias normais”, apontando para seus agenciamentos e posicionamentos políticos, pois, apesar de não alcançarem a efetividade na redistribuição do trabalho doméstico e cuidado, mostram suas percepções e críticas neste modo de vida.

Reitero ainda, que o papel de mãe é concebido pelas interlocutoras como prazeroso à vida, com todos os percalços que o envolve, no entanto, não deixam de compreender que outros meios são possíveis para a melhoria de outros aspectos de suas rotinas e possibilidades de usufruir do lazer e da maternidade, desvinculando as duas realidades de uma situação de oposição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEBRANDT, D. & FELIX, T.M. Entre o técnico, o político e o social: impasses e poderes de uma política habitacional - PAC Barnabé. *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis*, v. 50, n. 1, p. 185-208, jan-jun 2016.
- AUGÉ, M. (Org), *Os Domínios do Parentesco*. Lisboa. Ed. 70. 1978.
- BARROS, M.M.L. Até onde vai o olhar antropológico. *ILHA*, Florianópolis, v.6, n.1e n.2, p. 145-163, 2004.
- BIONDI, K. *Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC*. São Carlos: UFSCar, 2009.
- BOTT, E. *Família e Rede Social*; tradução de Mário Guerreiro, revisão técnica de Alba Zaluar Guimarães, prefácio de Max Gluckman. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.
- BOTT, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976.
- Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS / Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Org: José Ferreira da Crus et al. - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2016.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. “O lugar - e em lugar - do método”. In: _____ . *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15, Unesp, p.73-93, 2000.
- CARDOSO DO OLIVEIRA, R. O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. *Série Antropologia*. Vol. 413. Brasília: Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, p. 6-19, 2007.
- CARSTEN, J. “Introduction: cultures of relatedness.” In: J. Carsten (ed.), *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-36, 2000.
- CARSTEN, J. *After Kinship*, London: Cambridge University Press. 2003
- CASTILHO, C. T.; FALCÃO, D. O Direito Social ao Lazer no Brasil. *Ponto Urbe* [Online], 17, 2015. Acesso em: abril de 2019.
- CASTRO, Flávio José Rodrigues de. *CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços: orientações para gestores e projetistas municipais* -- Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.
- CAVALCANTI, Maria Laura V. C. "Conhecer desconhecendo: a etnografia do espiritismo e do carnaval carioca". In: Velho, Gilberto e Kuschnir, Karina (orgs.).

Pesquisas Urbanas. Desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994

CLIFFORD, J; MARCUS, G. A escrita da cultura: poética e política da etnografia. Eduerj: Rio de Janeiro, 2016

CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”. In: A Experiência Etnográfica. Antropologia e Literatura no Século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, p. 17-62, 1999.

CLIFFORD, James. “Verdades Parciais”. In: Clifford, J. e Marcus, G. A escrita da cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, p.31-61, 2016.

COSTA, A. O. Norbert Elias e a configuração: um conceito interdisciplinar, *Configurações* [Online], 19 | 2017. Acesso em: agosto de 2019.

DA MATTA, R. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DA MATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues. In: Nunes, E. (Org.). *Aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978b

DAS, V. “National honour and practical kinship: Unwanted women and children”. In: GINSBURG, F. D.; RAPP, R. (eds.), *Conceiving the new world order: the global politics of reproduction*. Berkeley: University of California Press. p. 212-233, 1995.

DEL PRIORE, M. A mulher na história do Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.

DEL PRIORE, M. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DURHAN, E. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1976.

ELIAS, N. *A solidão dos moribundos*. Seguido de "Envelhecer e morrer". Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

FABIAN, J. A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação. *Mana*, Rio de Janeiro , v. 12, n. 2, p. 503-520, Oct. 2006 . Acesso em: Agosto de 2019.

FONSECA, C. Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2.ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

- FLEISCHER, S. R.; BONETTI, A. Etnografia Arriscada: Dos limites entre vicissitudes e “riscos” no fazer etnográfico contemporâneo. *Teoria & Pesquisa*, v. 19, n. 1, p. 7–17, 2007
- FONSECA, C. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. In: SCHUCH, P.; VIEIRA, M. S.; PETERS, R. (Eds.). . *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 205– 227, 2010.
- FONSECA, Cláudia. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a ‘transpolinização’ entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. *Ilha: Revista de Antropologia*. Vol. 5, n. 2, 2003.
- FONSECA, Cláudia. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a ‘transpolinização’ entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. *Ilha: Revista de Antropologia*. Vol. 5, n. 2/2003.
- FONSECA, Claudia. Mãe é Uma Só?: Reflexões em Torno de Alguns Casos Brasileiros. *Psicol. USP*, São Paulo , v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002 . Acesso em: setembro de 2019.
- GEBARA, A. Considerações para uma história do lazer no Brasil. In: BRUHNS, Heloísa (Org.). *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas: Ed. da Unicamp, p. 61-81, 1997.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GEERTZ, Clifford. “Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita”. In: *Obras e Vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, p. 11-39, 2002.
- GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (orgs). *O Direito Social ao Lazer no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.
- GUEDES, S.L. *Produzir antropólogos: algumas reflexões*. Ilha R. Antr., Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2004
- INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes antropológicos*, v.18, n.37, Porto Alegre Jan./Jun, 2012.
- KROEBER, A., “Sistemas Classificatórios de Parentesco”, in Laraia, R., *Organização Social*, Rio, Zahar, 1973.
- KUPER, Adam. O filósofo e os Crow. *Mana*, Rio de Janeiro , v. 14, n. 1, p. 235-244, abr. 2008 . Acesso em: julho de 2019.
- LEFEBVRE, H. - *O direito à cidade*. São Paulo, Ed. Documentos, 1969.

MAGNANI, J. G. Lazer, um campo interdisciplinar de pesquisa. In: BRUHNS, Heloísa; GUTIERREZ, Gustavo (Org.). O corpo e o lúdico. Campinas: Autores Associados, p. 19-33, 2000.

MAGNANI, J.G.C. Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo, Editora Hucitec.(2a. edição), 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo.” In: C. L. Gomes; H. F. Isayama (orgs.), O Direito Social ao Lazer no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, p. 07-22, 2015.

MENICUCCI, Telma. “Políticas públicas e lazer: questões analíticas e desafios políticos.” In: H. F. Isayama; M. A. Linhales (orgs.), Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer, Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 179-202, 2006.

NASCIMENTO, Pedro. Fazer a pesquisa subir: as possibilidades de atuação de um antropólogo/consultor. *Áltera – Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 1, n. 4, p. 164-184, jan. / jun, 2017.

Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, v. 20, n. 42, p. 377–391, 2014.

POLLARD, J. The art of decay and the transformation of substance. In: RENFREW, C.; GOSDEN, C.; DEMARRAIS, E. (Ed.). *Substance, memory, display*. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research, 2004.

PRICE, R. Meditação em torno dos usos da narrativa na antropologia contemporânea. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 293-312, jan./jun, 2004.

RADCLIFFE-BROWN, A. Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento, in Radcliffe-Brown;. Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática, 1978. (ou “O Estudo dos Sistemas de Parentesco”, in Organização Social, Zahar, Rio, 1969).

RAGO, M. O cassino americano, ou reflexões sobre o lazer em tempos pós-modernos. In: BRUHNS, Heloísa; GUTIERREZ, Gustavo (Org.). O corpo e o lúdico. Campinas: Autores Associados, p. 5-18, 2000.

RIAL, Carmen Silvia de Moraes. Roubar a alma: ou as dificuldades da restituição. *Tessituras, Pelotas*, v. 2, n. 2, p. 201-212, jul./dez. 2014.

- SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 103-150, Oct. 1997. Acesso em: julho de 2019.
- SCHNEIDER, D. *American Kinship: a cultural account*. New Jersey: Prentice-Hall, 1968.
- SOIHET, R. *Condição feminina e formas de violência*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.
- STRATHERN, Marilyn. Necessidade de Pais, Necessidade de Mães In: *Revista Estudos Feministas* V.3 N.2 . Rio de Janeiro, UERJ/UFRJ, p. 303 -32, 1995.
- STRATHERN, Marilyn. No limite de uma certa linguagem. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, Out, 1999.
- VELHO, G. *Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento*. *Mana* 17(1): 161-185, 2011
- VELHO, G. Orientação e parceria intelectual: dilemas e perspectiva. *ILHA - Florianópolis*, v.6, n. 1 e n.2, julho de 2004, p. 135-143
- VELHO, Gilberto. 1978. "Observando o familiar". In: Edson Nunes (org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo?. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009.

ANEXO

Percebo que o fato de eu ser uma jovem mulher, faz com que as interlocutoras se sintam mais impelidas a “me ajudar nessa pesquisa”. Já ouvi: “sua mãe deve estar muito orgulhosa de você estar aqui” ou ainda no primeiro dia quando cheguei e uma senhora me chamou para sentar ao seu lado e disse algo como: “que bom que você vai participar do grupo, você vai ser nossa netinha/filhinha”.

Até o momento não tenho enxergado uma moção em participar da pesquisa pelo fato dessas mulheres estarem querendo relatar casos e me passar informações especificamente sobre maternidade. Sinto-me como se estivesse sendo acolhida, e que aquelas mesmas pessoas “me ajudariam” ainda se a temática fosse outra.

Não tenho sido uma pessoa muito proativa nos momentos em que passo com o grupo, um pouco porque não me sinto à vontade para fazer perguntas o tempo todo, e gosto de ouvir o que elas têm a dizer espontaneamente, umas para as outras. Gosto quando elas me chamam para a conversa ou se dirigem a mim para perguntar algo ou fazer um simples comentário, sinto que realmente estou ali.

De maneira complexa percebo hoje que existe o papel da pesquisadora, alguém que tem o respaldo da universidade para fazer perguntas, anotar coisas e inclusive se portar de maneira diferente. Aqui, lembro-me de descrever que existe uma camiseta uniforme utilizada nas atividades do CRAS, em fotografias tiradas lá é possível notar que, a maioria das mulheres sempre estão “uniformizadas”, uma das poucas que foge à regra e tem costume de usar vestidos longos é Cleide, a única gestante do grupo.

Vestem-se com roupas não uniformes: eu e as educadoras sociais.

A nova educadora social usou nos seus primeiros dias de trabalho um apito pendurado por um cordão ao pescoço. Percebi que nas duas vezes que a vi usando o apito para chamar atenção das mulheres que conversavam paralelamente (como fazem em todos os encontros), todas fizeram gestual de descontente, o som estridente do apito irritou e, além disso, não acham que seja necessário utilizar um apito para pedir que prestem atenção ou para interromper suas conversas. Demonstraram descontentamento que sugeriu certa falta de respeito por parte da educadora social.

Noto que em mim existe a curiosidade que move uma pesquisa, mas ao mesmo tempo percebo que gosto de olhar, tenho um gosto particular pelas entrelinhas, pelo não dito, suspiros e conversas paralelas.

No dia da palestra do conselheiro tutelar, enquanto uma mulher falava comigo comentando em baixa voz o que ele estava falando, percebi um olhar de reprovação por parte dele, dando a entender um: “SILÊNCIO”. Já ouvi em situações como essa, relatos de vida e até mesmo comentários que relacionam o que está sendo dito com o que acontece na vizinhança.

Ocupar o papel da pesquisadora, sair da passividade, falar em um tom de voz elevado, ser ouvida, vista e ser parte de algo que tem um status maior, às vezes não faz sentido para mim. Parece um repertório, uma performance.

Convivo naquele espaço entre os pequenos diálogos até o momento. Já pinteí tela com tinta de tecido, desenhei olhinhos em um coelho de páscoa de papel, cortei E.V.A, preenchi formulário para aquelas que estavam sem óculos, assinei a tela para Maria Quitéria, que não é alfabetizada, entre várias outras pequenas, mas grandiosas atividades.

Já encontrei algumas vezes com minhas interlocutoras em atividades cotidianas do bairro, sempre à cumprimento com um sorriso largo e olhos cerrados (algo natural em mim) e sempre sou retribuída de maneira semelhante.

Há duas semanas E., participante do grupo, me convidou para ir a uma aula de ioga com ela. Isso foi quando nos encontramos na rua. Eu disse a ela que iria, que passaria em sua casa (ela me explicou na hora onde morava e pediu que eu chamasse ela antes das 8h no dia marcado). No dia marcado aconteceu que eu acordei e minha menstruação estava em um fluxo fortíssimo, não sendo possível ir. Gostaria de ter o telefone dela para avisar o que estava acontecendo.

Nesse caso de ter marcado e não ido sem avisar, fiquei pensando que poderia ser uma quebra de laço. Mas depois refleti que realmente não tinha condições e que independente de estar em uma situação de pesquisa ou não, imprevistos acontecem e nem sempre podemos corresponder expectativas e nutrir as nossas.

Já se passaram três semanas sem encontros, os jogos do Brasil na copa do mundo estão sendo transmitido às sextas-feiras, o único dia no qual nos encontramos. Em dia de jogos do Brasil, alguns estabelecimentos privados e a grande parte dos públicos fecham. Nesse caso o CRAS não tem estado aberto nas sextas-feiras por três semanas consecutivas.

Preparo-me para voltar de uma maneira mais ativa e tentando encaminhar mais objetivamente o foco da minha pesquisa, buscando informações mais direcionadas. Quero falar sobre gestação, cuidado no puerpério, sentimentos e possibilidades de sociabilidade e lazer. (diário pessoal, junho de 2018).